

UFT
Campus de Miracema
Curso de Serviço Social
Coordenação de Estágio
Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional - GEPSSFEP
Grupo de Estudo em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFESS



PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA:

“O impacto da formação profissional de Assistentes Sociais do curso de Serviço Social da UFT no estado do Tocantins.”

1. IDENTIFICAÇÃO

- EQUIPE DE ELABORAÇÃO:
 - **Dra Célia Maria Grandini Albiero**
 - **Dra Marília de Fátima Marques Lopes Golfeto**
 - **Ariolene Mendes de Melo**
 - **Keiliane Tavares Silva**
 - **Rodrigo Mamédio de Lima**
 - **Especialista Maryvalda Melo Santos**
 - **Especialista Rogério Silva Leite**
 - **Especialista Thiago Alves Silva**

- PARTICIPANTES DO PROJETO:
 - 1- Coordenadora e Vice-coordenadora
 - **Dra Célia Maria Grandini Albiero** – Docente do Curso de Serviço Social; Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP na área de formação profissional – Estágio e Supervisão - Coordenadora
 - **Dra Marília de Fátima Marques Lopes Golfeto**- Docente do Curso de Serviço Social; Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFRJ/RJ na área de educação superior – Vice- Coordenadora.
 - 2- Docentes:

- **Me Amanda Elisa Vaz**
- **DraGiselli de Almeida Tamarozzi Lima**
- **Me Gislene Ferreira da Silva Araújo**
- **Me Leila Eliane Aizza**
- **Me Mariléa Borges de Lima**

3- Discentes:

3.1 Graduação

- **Ana Clara Gomes de Jesus**
- **Ariolene Mendes de Melo**
- **Jaquelliny Odete Teixeira**
- **Rodrigo Mamédio de Lima**
- **SallanaRibeiro Silva**
- **Viviane Alves**

3.2 Pós graduação

- **Especialista Maria Aparecida Rodrigues da Silva**
- **Especialista Maryvalda Melo Santos**
- **Especialista Marcella Maciel Uchôa**

4- Assistentes Sociais egressos

- **Keiliane Tavares Silva**
- **Especialista Michele Adriana Silva Pires**
- **Especialista Rogério Silva Leite**
- **Sônia Ferreira da Luz**
- **Especialista ThambataWanya Santos Farias**
- **Especialista Thiago Alves Silva**

5- Técnicos-Administrativos:

- **Especialista Fabiana Salgado**
- **Especialista Geraldo Santos da Costa**

• **COLABORADORES:**

1. Prefeitura Municipal de Miracema – Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde
2. Prefeitura Municipal de Tocantínia – Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde

3. Prefeitura Municipal de Miranorte - Secretaria Municipal de Assistência Social
4. Prefeitura Municipal de Lajeado - Secretaria Municipal de Assistência Social
5. Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social (SETAS)
6. Secretaria Estadual de Saúde (SESAU)
7. UFT - Campus de Miracema
8. UFT – PROPESQ
9. Espaços sócio-ocupacionais dos egressos em Serviço Social em pleno exercício profissional das oito regiões do estado do Tocantins.

- **BENEFICIÁRIOS:**

- Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema – Curso de Serviço Social
- Municípios envolvidos – população usuária dos serviços sociais.

- **PERÍODO DA PESQUISA:** 47 meses (agosto de 2017 a junho de 2021)

- **Resumo:**

O Projeto de Pesquisa intitulado “*O impacto da formação profissional de Assistentes Sociais do curso de Serviço Social da UFT no estado do Tocantins*”, visa refletir sobre a proposta de formação profissional em Serviço Social e avançar junto os estudos referentes ao processo de formação e exercício profissional no estado do Tocantins através do curso de Serviço Social da UFT. Envolve *o estudo do impacto social, econômico e político do curso de graduação de Serviço Social no estado do Tocantins pela via da formação profissional*. A proposta em geral envolve a inclusão social dos acadêmicos no Curso de Serviço Social e a contribuição da UFT na formação profissional dos mesmos, com foco na avaliação da formação profissional dos estudantes do curso e Serviço Social. Em linhas gerais visa *avaliar o rebatimento da formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da UFT junto aos espaços sócio ocupacionais dos egressos e verificar os impactos da atuação do Assistente Social na realidade estadual que interferiram ou não na qualidade da prestação de serviços sócio assistenciais junto à população usuária*. Os objetivos gerais são: avaliar o processo de formação profissional do curso de Serviço Social; analisar o impacto do curso de Serviço Social nos espaços sócio ocupacionais dos profissionais egressos no estado do Tocantins; viabilizar a produção científica acerca do estudo sobre o processo de formação e o exercício profissional. Os objetivos específicos: propor mudanças no processo de formação profissional do curso de Serviço Social; construir o perfil dos egressos do Curso de Serviço Social; sistematizar as características dos espaços sócio ocupacionais dos profissionais egressos; demonstrar à partir da percepção da população usuária da melhoria ou não dos serviços sócio assistenciais desenvolvidos pelos profissionais egressos; construir três artigos sobre o projeto, sendo um (1) por ano; publicar em revistas eletrônicas e impressas e/ou livros as produções do GEPESSFEP envolvendo as orientações de trabalhos acadêmicos da graduação e pós-graduação, bem como os estudos produzidos no projeto de extensão “Grupo de Estudo em Formação e Exercício

Profissional em Serviço Social (GEFESS)”; viabilizar a publicação das produções do grupo em eventos científicos através de comunicações. O objeto envolve “*o impacto da formação profissional de Assistentes Sociais da UFT no espaço sócio ocupacional dos profissionais egressos*“. Essa proposta faz parte do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq, desde 2008. O estudo vem reforçar a concepção de ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade, atendendo a uma demanda por qualificação de assistentes sociais e profissionais de áreas afins que se encontram atuando em diversos espaços sócio-ocupacionais. As principais contribuições da pesquisa envolvem: buscar alternativas para melhoria da qualidade da formação profissional do ensino do curso de Serviço Social; mapear a inserção dos Assistentes Sociais egressos da UFT nos espaços sócio ocupacionais. O projeto de pesquisa terá duração de 36 meses a ser desenvolvido do 2º Semestre de 2017 (agosto) ao 1º Semestre de 2020 (julho), com foco na avaliação da formação profissional dos egressos do curso de Serviço Social no período de 2011 (2º Semestre), que corresponde a 1ª turma formada à 2017 (1º Semestre), envolvendo a 10ª turma, totalizando aproximadamente 200 egressos de Serviço Social. São três as classificações dos sujeitos deste projeto, que incluem: egressos do Curso de Serviço Social em pleno exercício profissional com um ano de experiência; gestores dos espaços sócio ocupacionais dos profissionais egressos; usuários dos serviços sócio assistenciais nos espaços sócio ocupacionais dos profissionais egressos. Já os eixos de análise da pesquisa envolverão: a formação profissional; a avaliação e o impacto social, econômico e político. Em linhas gerais os procedimentos metodológicos envolvem o universo da pesquisa se constitui dos profissionais egressos do Curso de Serviço Social da UFT formados a partir de 2011, e os espaços sócio ocupacionais de inserção profissional dos mesmos bem como gestores e ainda os usuários dos serviços sócio assistenciais. A amostra será construída a partir dos seguintes critérios: 24 profissionais egressos do curso de Serviço Social da UFT, formados a partir de 2011 que estão inseridos no mercado de trabalho enquanto Assistente Social, em pleno exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, com no mínimo um ano de experiência dentro das 08 (oito) regiões de saúde do estado do Tocantins: Capim Dourado; Cantão; Bico do Papagaio; Médio Norte e Médio Araguaia; Cerrado Tocantins Araguaia; Amor Perfeito; Ilha do Bananal; e Sudeste. Os sujeitos da pesquisa serão obtidos de acordo com os critérios abaixo: 01 (um) Gestor dos espaços sócio ocupacionais dos egressos profissionais com convivência mínima de 01 (um) ano no cargo. 1% dos usuários atendidos pelos profissionais egressos dos serviços sócioassistenciais que estejam em acompanhamento por mais de um ano em ações individuais. 10% dos usuários atendidos pelos profissionais egressos dos serviços sócioassistenciais que estejam em acompanhamento por mais de um ano em ações coletivas.

- Palavras- Chave: Serviço Social. Formação Profissional. Avaliação.

2. INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP), do curso de Serviço Social do Campus de Miracema, foi criado em 2008, tendo como linhas de pesquisa:

1. Estágio e Supervisão;

2. Trabalho e espaços ocupacionais;

3. Questão Social e Serviço Social.

O projeto de pesquisa intitulado ***“O impacto da formação profissional de Assistentes Sociais do curso de Serviço Social da UFT no Estado do Tocantins”***, nasceu em 2017 das reflexões e inquietações cotidianas do processo de formação e do exercício profissional do estágio e supervisão acadêmica do curso de Serviço Social da UFT, o qual abrangeo ***estudo do impacto social, econômico e político do curso de graduação de Serviço Social no estado do Tocantins pela via da formação profissional*** como objeto ***o impacto da formação profissional de Assistentes Sociais da UFT no espaço sócio ocupacional dos profissionais egressos***.

A proposta em geral envolve a inclusão dos acadêmicos no Curso de Serviço Social e a contribuição da UFT na formação profissional dos mesmos, com foco na avaliação da formação profissional dos egressos do curso e Serviço Social.

Esta proposta em linhas gerais visa *avaliar o reatamento da formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da UFT junto aos espaços sócio ocupacionais dos egressos e verificar os impactos da atuação do Assistente Social na realidade estadual que interferiram ou não na qualidade da prestação de serviços sócio assistenciais junto à população usuária*.

As hipóteses que norteiam o projeto de pesquisa são:

- Ampliação do mercado de trabalho para o Assistente Social no estado do Tocantins à partir da criação do curso de Serviço Social da UFT do Câmpus de Miracema;
- Melhoria do atendimento aos usuários a partir do exercício profissional do assistente social nos espaços sócio ocupacionais.

A UFT destaca-se por ser uma Instituição Pública de Ensino Superior que está entre as mais novas do país, a qual se tornou importante para o Estado do Tocantins, para a Região Norte e para o Brasil. Assim, torna-se relevante apresentar dados históricos da criação do estado e da UFT contextualizando aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais desta região.

Assim, torna-se relevante apresentar dados históricos da criação do estado e da UFT, contextualizando aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais desta região

O movimento separatista que reivindicava o desmembramento da parte norte do estado de Goiás teve início na primeira metade do século XVIII, vindo a efetivar-se somente com a Constituição Federal de 1988. O estado do Tocantins passou a pertencer

à Região Norte do país, também chamada por Amazônia Legal. É o mais novo estado da federação brasileira e ocupa uma área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da Região Norte do país, limitando-se ao norte com o estado do Maranhão; a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o estado de Goiás; e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à Região Norte, encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única (PDI – UFT, 2017, p.13).



Fonte: IBGE.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada (PDI – UFT, 2017, p. 14). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Tocantins é de 0,699, em 2010 (PNUD, 2010).

De acordo com o último resultado do censo (IBGE, 2010) o Brasil possui cerca de 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, o que

corresponde a 8,5% da população. Em relação ao estado do Tocantins esses dados são alarmantes, já que esse percentual atinge 11,8% da população que vive em extrema pobreza, o que equivale a 163 mil pessoas em relação ao total de 1.383.445 habitantes. (PDI-UFT, 2013).

Em relação às etnias indígenas, cumpre-nos informar que no Estado do Tocantins existe uma população estimada de 10 mil indígenas distribuídos em oito etnias e localização, quais sejam: Karajá - Ilha do Bananal e Pium; Xambioá - Ilha do Bananal; Apinajé –Tocantinópolis, Cachoeirinha e Lagoa de São Bento Xerente (povo Akwê) – Tocantínia; Krahô – Goiatins e Itacajá; Krahô-canela – Lagoa da Confusão; Javaé (povo Iny) – Ilha do Bananal, Cristalândia, Formoso do Araguaia, Pium; Pankararú – Gurupi. (Macedo, 2016).

Com a criação do estado do Tocantins a atividade industrial vem crescendo, mas, o percentual de empregos gerados nesse setor ainda é baixo. A economia do estado se situa basicamente no setor primário (agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral). A mão de obra rural ocupa, segundo dados do IBGE, (2010) cerca de 50,64% da PEA (População Economicamente Ativa). Há um percentual de 16,37% de pessoas que são oriundas da zona urbana, mas que trabalham na zona rural para garantir o seu sustento e dispõem de condições precárias em postos de trabalho como diaristas, boias frias e etc. Os empregos gerados no estado se caracterizam, em grande parte, por serem sazonais (de curta duração), fazendo parte do processo ocupacional de construção de estradas, ferrovias e hidrelétricas no contexto das grandes obras, como também em tempos de colheita na monocultura cada vez mais mecanizada, que faz aumentar a superpopulação relativa estagnada e flutuante. Além disso, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), o Tocantins é um dos quatro estados com maior incidência de trabalho análogo à condição de escravidão. Nos últimos dez anos foram libertados 2.808 trabalhadores que se encontravam em condições análogas a de escravidão em setores da pecuária, carvoaria e lavoura em todo o estado. Outro elemento a ser destacado é o desenvolvimento desigual do estado, enquanto a capital – Palmas – possui um IDHM de 0,788, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), a região ao extremo norte do Tocantins, conhecida como “bico do papagaio” possui cidades com índices de desenvolvimento humano considerado baixo, a saber, Carrasco Bonito com IDHM de 0,594 e Riachinho do Tocantins com 0,572.

A criação do estado do Tocantins caracterizou-se por um projeto de ocupação territorial e de desenvolvimento da Região Norte de Goiás. Esse processo foi, como já registrado, marcado por um intenso fluxo migratório ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990. A migração possui estreita relação com a pobreza engendrada no modo de produção capitalista, em suas fases de desenvolvimento. O mercado de trabalho no Tocantins se constitui através de um processo de desenvolvimento desigual, inerente ao capitalismo, em que os novos modelos de produção gestados no bojo dos avanços tecnológicos convivem com padrões retrógrados de organização e relações sociais de trabalho, tanto na zona urbana quanto na rural.

Essas situações denunciam a miséria dos trabalhadores em contraposição ao crescente desenvolvimento agroindustrial, modelo de desenvolvimento que gera empregos de baixa qualidade e acentua a concentração de renda em uma camada social muito exígua, persistindo e reforçando o abismo social entre ricos e pobres¹.

Após dois anos de constituição do estado do Tocantins (1988) foi criada a Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo Decreto Estadual nº 252/1990, sendo reestruturada pela Lei Estadual nº 326/1991 e, posteriormente, pelas Leis Estaduais nº 872/1996 e nº 874/1996. Dentre as diretrizes constantes no projeto inicial destacamos a institucionalização do modelo multicampi de universidade: em 1991, a criação dos Campus de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis; em 1992 a criação dos Campus de Araguaína, Colinas, Miracema, Paraíso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi.

Em relação à Universidade Federal do Tocantins (UFT) a sua criação se deu mediante reivindicações da comunidade no sentido de federalizar as estruturas da UNITINS, mantendo parte de sua formação multicampi inicial. Isso ocorreu devido ao fato de que na gestão 1999/2000 a UNITINS passou por alterações que culminaram com a suspensão de seu vestibular e a extinção de cursos de graduação.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003 (PDI – UFT, 2017, p. 19), sendo a terceira universidade pública federal da Região Norte (sendo a primeira no estado do Amazonas e a segunda no estado do Pará), todavia a primeira no estado do Tocantins, instituída pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000. A UFT está distribuída em sete cidades do Tocantins abrangendo geograficamente, norte a sul do estado: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

¹As reflexões acerca do contexto econômico, político, social e cultural foram extraídas do Projeto de Mestrado em Serviço Social da UFT, 2017.

3. JUSTIFICATIVA

Este projeto justifica-se pela inexistência de pesquisas que estudam a temática proposta evidenciando a necessidade de conhecer o resultado do processo de formação profissional oferecido pelo curso de Serviço Social da UFT.

A partir de 2000, o Campus da UFT de Miracema debateu sobre a criação de mais um curso de graduação, pois contava apenas com o curso de pedagogia. Entre os anos de 2005 e 2006 ampliaram-se os debates sobre a criação de novos cursos no contexto nacional de expansão do ensino superior público e privado, levando em consideração o crescimento exponencial da oferta dos cursos à distância. Neste sentido foi criado o curso de Serviço Social como um importante contraponto à modalidade à distância bastante difundida no estado naquela época.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT autoriza a criação do curso de Serviço Social mediante Resolução nº 003/2006, de 26 de maio de 2006 e reconhecido pela Portaria MEC nº 487, de 20 de dezembro de 2011.

Desde sua criação, a UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do estado do Tocantins, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, oferece 61 cursos de graduação, 17 programas de mestrado acadêmico e 6 doutorados reconhecidos pela Capes, conta com 982 docentes e 18.881 estudantes (PDI-UFT, 2017, p. 22). Tem por objetivo consolidar-se como instituição voltada para a produção e difusão do conhecimento, à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (PDI-UFT, 2017, p. 19).

Segundo o Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT a missão institucional consiste em “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal”.

Essa proposta vem reforçar a concepção de ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade, atendendo a uma demanda por qualificação de assistentes sociais e profissionais de áreas afins que se encontram atuando em diversos espaços sócio-ocupacionais.

A efetivação do projeto de pesquisa científica ora citado contribuirá para a permanência do docente na Universidade e Campus já citados anteriormente e

possibilitará ainda um investimento direto na capacitação científica do docente criando condições efetivas de melhorias do Curso, do Campus e da Universidade Pública. Este projeto propiciará também a participação dos docentes em eventos científicos já que o estado do Tocantins se distancia dos grandes centros de regiões mais desenvolvidas e a produção de artigos para publicações em geral, permitindo novas frentes de pesquisas científicas desencadeadas pela temática inicial estudada.

As principais contribuições científicas da pesquisa envolvem:

- Buscar alternativas para melhoria da qualidade da formação profissional do ensino do curso de Serviço Social;
- Mapear a inserção dos Assistentes Sociais egressos da UFT nos espaços sócio ocupacionais.

O projeto de pesquisa terá duração de 36 meses a ser desenvolvido do 2º Semestre de 2017 (agosto) ao 1º Semestre de 2020 (julho), com foco na avaliação da formação profissional dos egressos do curso de Serviço Social no período de 2011 (2º Semestre), que corresponde a 1ª turma formada à 2017 (2º Semestre), envolvendo a 11ª turma, totalizando 204 egressos de Serviço Social, sendo destes aproximadamente 96 com inscrição ativa no CRESS – 25ª região.

São três as classificações dos sujeitos deste projeto, que incluem:

1. Egressos do Curso de Serviço Social em pleno exercício profissional;
2. Gestores dos espaços sócio ocupacionais dos profissionais egressos;
3. Usuários dos serviços sócio assistenciais nos espaços sócio ocupacionais dos profissionais egressos.

Os eixos analíticos deste estudo envolvem:

- 1- A formação profissional
- 2- A avaliação
- 3- O impacto social, econômico e político

A gênese da política social no capitalismo monopolista coloca a condição de sua funcionalidade para com as requisições do monopólio. O que queremos dizer é que a função essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista consiste

na preservação e no controle da força de trabalho. No entanto, é bom deixar claro que esse processo é repleto de contradições, ou seja, a funcionalidade da política social sob a vigência do capitalismo monopolista é uma possibilidade, mas a sua concretização é variável, dependendo da correlação de forças políticas no interior da sociedade.

No que se refere ao conteúdo ideológico das políticas educacionais, é importante ressaltar que, elas buscam oferecer ao capital monopolista os recursos humanos necessários ao processo de reprodução do capital. Ou seja, existe uma funcionalidade entre a política educacional e o processo de valorização do capital que se manifesta, inclusive, a partir do perfil profissional do trabalhador demandado pelo capital, com vistas à sua reprodução, utilizando a teoria do capital humano.

Conforme nos aponta FRIGOTTO (1995, p.41), a gênese dessa teoria é fruto do resultado da pesquisa desenvolvida principalmente por Theodore Schultz² nos Estados Unidos da América, na década de 50, que tinha como objetivo descobrir o fator que determina a diferença entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos países. Constatou-se que o fator educação é a chave dessa diferenciação através do argumento de que propicia a potencialização da capacidade produtiva dos indivíduos e países, portanto, determinante para a mobilidade individual e o desenvolvimento das nações. A propagação da teoria do capital humano, como remédio para todos os males da desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre os indivíduos, foi rapidamente incorporada pelos países latino-americanos e de Terceiro Mundo, através dos organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, UNICEF) e regionais (CEPAL, CINTERFOR), que representam, predominantemente, a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital.

No Brasil, essa “teoria” é introjetada ao plano das teorias do desenvolvimento e da equalização, no contexto do milagre econômico, estendendo-se para as décadas posteriores, pois toda política educacional desenhada especialmente após a segunda metade da década de 60 tem nos seus postulados o suporte básico. Ao lado de uma política econômica que velozmente se associa ao capital internacional, cujo escopo é a exacerbação da concentração da renda e a centralização do capital, toma-se a democratização do acesso à escola – particularmente à universidade – como instrumento básico de mobilidade, equalização e “justiça social”. Produz-se, então, a crença de que o

²Cumprir destacar que A Teoria do Capital Humano rendeu a Schultz o Prêmio Nobel de economia em 1968.

progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige uma qualificação cada vez mais apurada. De outra parte, enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano via escolarização e acesso aos graus mais elevados de ensino se constitui em garantia de ascensão a um trabalho qualificado e, conseqüentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados (FRIGOTTO, 2001, p. 27). Nesse sentido, a teoria do capital humano subjacente à necessidade de reprodução do capital esconde, sob a aparência de elaboração técnica, sua função principal: – ideológica e política. (Lopes, 2006, p26-28)

Assim, a educação é entendida por alguns intelectuais como um bem público, garantida pela Constituição Federal de 1988 e principal vetor de inclusão social. Por isso, a política de ensino superior objetiva o fortalecimento do setor público, apontando para um equilíbrio entre matrículas em instituições públicas e privadas, em meio a uma crescente interiorização, que evidencia uma demanda alta e bem distribuída.

A Educação é considerada relevante, cabendo ao Estado a prioridade do ensino fundamental. Nesse cenário, predominantemente marcado pelas ideias liberais, o ensino superior tem uma dinâmica voltada para o capital privado. Em boa parte, essa situação pode ser creditada a liderança das IES privadas no que diz respeito a oferta de educação a distância.

Paulo Netto (1992, p.34), ao desvendar a relação entre o público e o privado na sociedade burguesa madura e consolidada, chama a atenção para o fato de que a área fronteira entre ambos não é produto de “[...] uma conspiração político-ideológica dos segmentos burgueses que instrumentalizam o Estado”. Para ele, “[...] esta inserção responde à própria dialética do processo social [...]”, que se expressa através da “[...] captura dos espaços privados pela lógica específica do capitalismo monopolista, dos componentes de legitimação da ordem burguesa e da recuperação de um patrimônio teórico-cultural [...]”, apto a consagrar a complementaridade entre o público e o privado no plano da representação ideal. Corroborando Paulo Netto, para Frigotto (2001, p.102), “[...] o Estado liberal ou o Estado intervencionista não são ‘escolhas’, mas a própria forma do modo de produção capitalista gerir as crises que lhe são orgânicas”. Assim, para este autor, “[...] o imperialismo não é uma questão de escolha para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida”.

Em outras palavras, a organicidade do capital é regida pelas suas leis imanentes, quais sejam acumulação, concentração e centralização, como expressão de um movimento de autovalorização do capital; de forma contraditória e concomitante, esse movimento engendra um processo de exclusão e, por esse caminho, vai construindo

historicamente as bases dos seus próprios limites. (FRIGOTTO, *op. cit.*, p. 85). Nos meandros existentes na contradição capital/trabalho pode ser localizado o papel das políticas sociais no capitalismo, uma vez que o modo de produção capitalista gera necessariamente a contradição que resulta da relação entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado). (LOPES, 2006, p.29-30).

É importante destacar que a crise e a reestruturação do Estado e da educação superior são fenômenos que extrapolam o espaço geográfico brasileiro - trata-se de uma realidade presente e comum à maioria dos países. Pois dependem dos fenômenos que acompanham as transformações da base econômica: os países da América Latina, os do Primeiro Mundo, especialmente da Europa Ocidental, onde a transição para o fordismo iniciou-se, com maior intensidade do que nos demais países, já nos anos 60 e 70, com ênfase nos anos 80. Nessa década, como resultado da “crise da dívida” dos países latino-americanos aliada à crise da hegemonia norte-americana, instituições como o Banco Mundial foram revitalizadas, para atuar como governo mundial, definindo as políticas a serem adotadas pelos países em desenvolvimento. Assim, na década de 1990, a educação passa a ocupar o rol das políticas prioritárias, extrapolando a esfera das políticas sociais, para assumir o lugar de pressuposto e tema fundamental para o Banco Mundial centrado no “alívio da pobreza” (LEHER, 1998³).

O entendimento acerca da reforma do Estado é importante para compreender as ações do governo FHC em torno da legislação educacional implementada no País. Tal reforma constitui o centro nevrálgico das ações privatistas também na educação e é a partir dela que se abre a possibilidade de agir “por fora” da Constituição Federal de 1988, através de leis, decretos, portarias, entre outros instrumentos de privatização, para realizar o deslocamento da fronteira entre o público e o privado, antes mesmo da mutilação da Carta Magna.(LOPES, 2006, p.58).

Nesse sentido, inferimos que durante a vigência do Governo FHC, o Estado neoliberal/gerencial deixa de ser responsável pela execução das políticas sociais, assumindo o papel de regulador e fomentador e transferindo suas tarefas para a sociedade civil⁴.

As reformas preconizadas por esse governo foram no sentido de privatizar os

³*Opus.cit.*, (1998)

⁴Sobre uma avaliação crítica acerca da relação entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade, conferir MONTAÑO, C.: **Terceiro Setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, Cortez, 2002.

bens públicos patrimoniais, quanto os direitos sociais, a partir do fundamento ideológico da crítica ao Estado, visto como ineficiente e burocrático, sendo, portanto, necessária a sua reformulação para reduzir e limitar suas funções como produtor de bens e serviços e transformá-las no sentido do financiamento das organizações públicas não-estatais. (op.cit.62).

Como nos indica Boschetti (2015), no contexto de mundialização do capital presentes em todas as áreas, desde a década de 1990 e sujeição dos países às recomendações de organismos internacionais: Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário. A partir de 2000, as tendências de mercantilização do ensino superior ganham fôlego com a aprovação do Protocolo de Bolonha. As repercussões para o ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade são devastadoras, que resumidamente podem ser elencadas nas diversas faces:

- Face acadêmica: mais do que ampliar a socialização do conhecimento, tem provocado a standardização/padronização como elemento para integração dos jovens no mercado de trabalho, com alinhamento da formação por baixo, focada na aprendizagem e competências, bem como currículos mais curtos e flexíveis.

- Face econômica: ao invés de fortalecer o histórico papel da universidade na produção autônoma do conhecimento, se dobra às recomendações dos organismos internacionais, e sob o discurso de modernização, desburocratização e superação de uma “universidade arcaica” vem sustentando a mercantilização, o economicismo, a “empresarialização”, o gerencialismo e a subordinação ao mercado e ao sistema produtivo.

- Face política-cultural: cria uma cultura de uma nova concepção de universidade, de um novo “modelo” de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação: uma boa universidade deve ser barata (menos tempo, menos custos), rápida (fast universidade) que se faz o mesmo em menos tempo, padronizada (mesmo formato em diferentes realidades), financiamento auto-sustentável (graduação barata, curta e rápida, mestrados curtos e pagos para uma elite, doutorados curtos para a docência e/ou pesquisa acadêmica e para as demandas do mercado.

Essas três faces tiveram rebatimento no Brasil, como visto anteriormente na década de 1990, com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1997 e com a inserção do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009 parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações. Em outras palavras, as mudanças em curso desde 1996, algumas indicadas na LDB, foram

intensificadas com a proposta de “reforma universitária” nos dois Governos de FHC, seguidas pelas dos governos Lula da Silva e Dilma Roussef. (Idem, 2015, p. 644-645)

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) e pós-graduação *lato stricto sensu*, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social promovendo, juntamente com as atividades de pesquisa e extensão, a produção e disseminação de conhecimentos, que contribuirão para a transformação do estado do Tocantins, num espaço para todos.

A UFT também está empenhada em proporcionar condições para que seus alunos de graduação e egressos tenham a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e alcançar o sucesso.

Sendo o meio ambiente uma das principais preocupações da sociedade moderna, a Universidade tem apoiado projetos voltados a essa área. Tendo como eixo central a conscientização da sociedade, as atividades giram em torno da educação ambiental e do desenvolvimento de projetos para a difusão tecnológica e treinamento de produtores para a conservação do solo.

Considerando a importância da UFT no contexto local, regional e nacional, e buscando a Universidade cumprir a sua missão, um esforço institucional será realizado para que a Instituição cumpra a sua função de agente transformador, posto que grandes desafios sejam apresentados, como:

I - melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa;

II - ampliar as atividades de extensão e cultura;

III - fixar, ampliar e capacitar os recursos humanos;

IV - melhorar a infra-estrutura (prédios, laboratórios, bibliotecas e equipamentos);

V - ampliar os recursos orçamentários e definir a descentralização orçamentária;

VI - definir a missão de cada um dos *campi*.

Dentre as prioridades a UFT, tem a “*Articulação com a sociedade*” que envolve:

- Relações com os principais órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas.
- Preocupação com a equidade social (inclusão social, étnica e de gênero) e com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
- Respeito à pluralidade e a diversidade cultural.

Assim, os eixos estratégicos da UFT, buscam definir as prioridades institucionais de forma atrelada que nortearão os objetivos e ações estratégicas da Universidade Federal do Tocantins, quais sejam:

- Ensino de qualidade, comprometido com valores científicos, éticos, sociais e culturais;
- Conhecimento, compromisso social e respeito à diversidade;
- Gestão inovadora, transparente e responsável.

Fica evidente o compromisso da UFT em formar profissionais que possibilitem mudanças na realidade social, interferindo nas políticas sociais para contribuir na garantia de uma vida digna e igualitária aos cidadãos.

Diante deste contexto o principal problema a ser estudado envolve a seguinte inquietação: *“A formação profissional dos egressos do curso Serviço Social da UFT têm contribuído com a melhoria das Políticas Sociais no estado do Tocantins? Essa contribuição interfere na melhoria de qualidade de vida do cidadão, bem como a efetivação de seus direitos sociais?”*

4. OBJETIVOS:

A presente pesquisa tem por objetivos gerais:

- Avaliar o processo de formação profissional do curso de Serviço Social;
- Analisar o impacto do curso de Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais dos profissionais egressos no estado do Tocantins.
- Viabilizar a produção científica acerca do estudo sobre o processo de formação e o exercício profissional.

E por objetivos específicos:

- Propor mudanças no processo de formação profissional do curso de Serviço Social;
- Construir o perfil dos egressos do Curso de Serviço Social;
- Sistematizar as características dos espaços sócio-ocupacionais dos profissionais egressos;
- Demonstrar a partir da percepção da população usuária a melhoria ou não dos serviços socioassistenciais desenvolvidos pelos profissionais egressos;
- Construir três artigos sobre o projeto, sendo um (1) por ano;

- Publicar em revistas eletrônicas e impressas e/ou livros as produções do GEPESSFEP envolvendo as orientações de trabalhos acadêmicos da graduação e pós-graduação, bem como os estudos produzidos no projeto de extensão “Grupo de Estudo em Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS)”;
- Viabilizar a publicação das produções do grupo em eventos científicos através de comunicações;
- Promover eventos acadêmicos e científicos que possibilitem a aproximação com a pesquisa.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA (Referencial teórico)

5.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Vivemos um período de expansão desmesurada de cursos de graduação presenciais e à distância, o que coloca em risco a formação de qualidade e a necessária preparação do profissional para exercício do trabalho com competência ética, teórica e política – Tendências destrutivas das reformas neoliberais, materializadas na reforma universitária, proliferação acelerada e desordenada de cursos presenciais e a distância: estímulo ao setor privado em detrimento do setor público.

Sabe-se que a política de ensino superior brasileiro passou por profundas reformas nos últimos anos e que foram consubstanciadas na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394, de 20/12/1996), trazendo no bojo de sua regulamentação uma radical alteração na educação brasileira, envolvendo fortemente o ensino superior. “Uma das primeiras tarefas das universidades, na vigência da nova lei, é a definição das diretrizes curriculares para os cursos de graduação, em substituição aos antigos currículos mínimos.” (WANDERLEY, 1998, p. 15)

Paulo Netto (2000, p. 29) aponta claramente alguns traços que expressam a política de ensino superior brasileiro, que pode ser compartilhada através do seu pensamento:

[...] favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária; a supressão de autonomia docente, são os traços fundamentais que resultam, como um pacto para o ensino superior, desse duplo e umbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado.

Na mesma esteira (Lima, 2007, *apud* Pereira, 2008), ressalta que o discurso governamental de Lula norteia-se pela defesa da expansão da educação superior, ou seja, a democratização do acesso a esse nível de ensino, utilizando-se dos seguintes meios: participação do setor privado presencial, por meio de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI); participação do setor privado de ensino à distância (EAD); ampla reestruturação do sistema público federal de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), reforço, na universidade pública, da lógica de mercantilização, por meio de parcerias público-privado.

O grande desafio diante das exigências contemporâneas é formar profissionais capacitados para atuarem com competência e, para isto, afirma-se que:

[...] o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade” (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Competência, segundo a mesma autora (1998, p.80), deve ser:

[...] uma competência crítica, capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las, supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência teórica e ético-política que subordine o ‘como fazer’ ao ‘o que fazer’ e, este, ao ‘dever ser’, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

De acordo com as contribuições dos autores citados, percebe-se que é exigida hoje uma formação universitária/profissional sólida, que possa propiciar aos profissionais subsídios teóricos, éticos, políticos, técnicos e práticos, que possibilitem o enfrentamento dos desafios dos novos tempos, dentre os quais se destacam igualdade de oportunidades na educação e maior qualidade no ensino, com vistas à efetivação da cidadania.

Levantar alternativas e possibilidades de “resistência” frente à política educacional vigente no cotidiano das instituições de ensino superior objetivando uma educação igualitária e de qualidade constitui-se num dos desafios atuais.

O sentido de educação para todos, em benefício das pessoas, na busca do desenvolvimento social e econômico, deve ser conquistado de forma conjunta, envolvendo especialmente as categorias profissionais, tendo em vista um projeto de

profissão e de sociedade que altere a realidade, buscando alternativas justas e igualitárias, pois a educação é fundamental na formação de profissionais no mundo contemporâneo.

Para avançar na questão da educação, compartilha-se do pensamento de Wanderley, de que a *educação* deve, (2000, apud Albiero, 2001, p. 150):

[...] formar indivíduos maduros, cidadãos responsáveis e sujeitos não domesticados, num clima de liberdade e de construção democrática, que deve suscitar e potencializar nos professores e estudantes, nos tempos de hoje, alguns pontos essenciais, como o oferecimento de ensino de qualidade; a revisão de paradigmas, modelos, teorias e métodos; produção de conhecimentos que capacitem os educandos a serem pessoas competentes, democráticas, éticas e solidárias no convívio social e no combate à pobreza e à desigualdade; potencialização de experiências alternativas; revitalização da educação popular; articulação da escola com os meios de comunicação; estímulo à autonomia e à flexibilidade nos modos de pensar e agir, bem como a ampliação da participação...

Assim, educação pode e deve ser um canal de construção conjunta de mudanças, de forma ética e competente.

Nesse sentido, o *ensino superior*, na atualidade:

...deve se adaptar para enfrentar as suas finalidades, que se tornam múltiplas. Dentre tais finalidades, ressaltam-se: a formação inicial, mas também a formação contínua durante toda a vida; a pesquisa científica e técnica, mas também a valorização econômica de seus resultados; a difusão da cultura e da informação científica e técnica, dentro, inclusive, da cooperação internacional. Essas múltiplas finalidades se exercem num contexto novo, caracterizado pela democratização e renovação dos saberes, pela revolução tecnológica, pelas mudanças do mundo do trabalho, pela necessária abertura da universidade para o mundo econômico e o emprego. (MARTINS, 2002, p. 160)

Percebe-se, desta forma, que no cenário atual as instituições de ensino superior também estão afetadas pela crise contemporânea, pois enfrentam uma realidade que traz incertezas, inseguranças, bem como indagações que abrangem o sistema de produção, o mercado, o consumo, as determinações e os avanços tecnológicos.

Outra questão importante apresentada por Martins (2002, p. 166), diz respeito à visão universal do ensino superior, que busca:

[...] a equidade com o princípio do mérito, que se refere não somente aos estudantes, mas a todo pessoal acadêmico sem distinção de sexo, religião, origem geográfica, social ou étnica, filiação partidária, ter ou não recursos financeiros, ou qualquer outro fator de discriminação. O sentido da universalidade do ensino superior está na educação para todos, em todos os momentos da vida, exigindo que este ensino esteja a serviço das pessoas, utilizando plenamente o potencial das novas tecnologias. A visão de uma formação de longo prazo e não somente com vistas ao mercado de

trabalho, leva a universidade a considerar o desenvolvimento pessoal e a contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento social e econômico do país.

Compartilha-se ainda do pensamento de Martins (2002, p.166), que afirma que a universidade tem como papel “colocar as suas atividades a serviço do que é justo, em conformidade com os direitos universais fundamentais presentes nos direitos do ser humano e de respeito à natureza. O ‘nós’ deve prevalecer sobre o ‘eu’, de maneira que a ciência e a tecnologia sejam colocadas a serviço da humanidade”.

De acordo com Bordieu (1998, p.41) “[...] vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais”.

Partindo-se para a realidade brasileira, a educação, de um modo geral, e em especial o ‘ensino superior’, estão pautados na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394, de 20/12/1996), da qual destacamos, em nota de rodapé, seus pressupostos (artigo 3º), e às finalidades da Educação Superior⁵, por serem importantes para as nossas reflexões.

Seguindo as mudanças que ocorreram na Política Educacional Superior, destacamos o Plano Nacional de Educação- PNE/2014, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência para 10 (anos), destacando o Art. 2º, onde as diretrizes balizares tem como objetivo ampliar e melhorar a qualidade do ensino no Brasil nos próximos 10 anos, a saber:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da

⁵ Os pressupostos citados envolvem os seguintes itens: III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. E as finalidades, são: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014, p. 1).

As 10 (dez) diretrizes que fundamentam o PNE/2014, citadas acima, têm uma amplitude significativa de melhoria do ensino, de valorização dos profissionais da educação, que visa à erradicação do analfabetismo da nossa população, pautadas pela promoção do respeito às diversidades, à ética, à cidadania. Enfim, pelas diretrizes, muito se poderia avançar no sentido de uma educação pública de qualidade. Como Ressalta (Lima, 2017, p.66):

(...) tudo isso depende dos nossos gestores, sejam eles mais democráticos no quesito diálogo e aceitação da participação popular ou conservadores que não aceitam a opinião e não reconhecem o diálogo como uma ferramenta essencial. Na visão deste tipo de governo, o que prevalece é o que eles próprios formulam e dizem: façam e obedeça, a exemplo do governo ilegítimo de Michel Temer que não escuta o clamor das ruas, não dialoga com a classe trabalhadora, com os movimentos sociais.

Vale salientar que no PNE/2014 constam metas que visam diminuir as lacunas na educação. Tais metas são caminhos e estratégias possíveis que podem contribuir para nortear a Educação Pública no País. De acordo com o documento produzido em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e contribuições da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)⁶, “**Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade**, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais (BRASIL, 2014, *apud* Lima, p. 66)

Em tempos hodiernos vivenciamos, o neoconservadorismo com o aprofundamento nos cortes dos direitos sociais, à flexibilização do trabalho, via reforma trabalhista e a ânsia pela privatização do patrimônio público, no “retorno” do trabalho escravo, fruto de uma política de ajuste fiscal que afeta diretamente os trabalhadores e

⁶ Maiores informações podem ser obtidas no documento “Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação”, Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acessado em 20/10/2017.

privilegia o grande capital, legitimados pelo Supremo Tribunal Federal, Legislativo e Executivo – do ilegítimo governo de Michel Temer. A legitimação da corrupção como algo natural é escancarada pelos três poderes da União.

Ao longo da história da Educação superior brasileira, observamos que o papel da educação, das escolas, das universidades, está pautado especialmente no preparo das pessoas para o mercado de trabalho, diferentemente do que defende Mészáros (2008), que almeja uma educação voltada para a vida, e não necessariamente para suprir as demandas exigidas pelo mercado de trabalho, via a lógica capitalista.

Nesse sentido, o compromisso da sociedade consiste em demandar uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, embora sabendo que não é uma tarefa fácil, tendo em vista o avanço da privatização/terceirização⁷ da Educação Pública, anseios que estão explícitos pelo Estado e pelos grandes empresários educacionais.

Reverter este cenário não é tarefa simples, pois depende das correlações de forças e que no modo de produção capitalista estão cada vez mais competitivas e excludentes. Em outras palavras, a Educação Superior se transformou num espaço rentável e pelos empresários desta área, vista como mercadoria e não direito social. Lima (2018, p.54) nos alerta para:

[...] a defesa desta política pública, primeiro porque é um direito constitucional, segundo, porque acreditamos numa educação capaz de transformar a realidade social da classe trabalhadora e que infelizmente, ela ainda mantém a duras penas o capitalismo que exclui, mata, discrimina e que deixa milhares na linha da pobreza e no analfabetismo mundo a fora.

Neste cenário em que agoniza o ensino superior, precisamos atentar ao projeto pedagógico das escolas, universidades, institutos federais e demais espaços educacionais estão ensinando. Perguntamos: será que a formação profissional nestes espaços vai além do senso comum, da lógica de mercado, do tecnicismo, da instrumentalização? Cabe-nos refletirmos sobre esta possibilidade, através de uma perspectiva crítica.

Desta forma é significativo ultrapassar a formação acrítica:

⁷Em plena construção deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I), na data de 22/03/2017, a mídia nacional e internacional, bem como os portais de notícias de várias partes do Brasil, noticiavam em suas manchetes, a aprovação do Projeto de Lei 4302/1998 (PL 4302/1998), que libera a **terceirização de todas as atividades no País**. Mesmo diante de um intenso debate na Câmara dos Deputados e vários protestos nas ruas, a bancada governista aprovou na noite desta quarta-feira (22), o projeto de lei ainda de 1998, que beneficia descaradamente os empresários. Foram 231 votos a favor, 188 contra e 8 abstenções. O deputado Laércio Oliveira (SD-SE), foi quem encaminhou à Casa, o Projeto de Lei. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br/noticia/294715-1>> Acessado em 22/03/2017.

[...] Ao transmitir conteúdos, velhos ou novos, reagrupando-os de modos diferentes, usando novas tecnologias que interessem e prendem a atenção dos alunos, mas sem interrogar seu significado, sem que os alunos os compreendam e sejam capazes de trabalhar com eles e recriá-los, não se vai além do já pensado, estabelecido, aceito, cristalizado e instituído (COELHO, 2012 *apud* LIMA, 2018 p.54)

É imprescindível proporcionar aos estudantes uma formação que os instiguem a refletir, a problematizar, a questionar, a despertar o espírito crítico. Isto é, não se contentar com a transmissão de informações e conteúdos como algo pronto e acabado, como sendo uma verdade absoluta. Pois deste modo, reforçaríamos o que Leão (1999) denomina de Ensino Tradicional:

O ensino tradicional pretende transmitir os conhecimentos, isto é, os conteúdos a serem ensinados por esse paradigma seriam previamente compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Dessa forma, é o professor que domina os conteúdos logicamente organizados e estruturados para serem transmitidos aos alunos (LEÃO, 1999, p. 191 *apud* LIMA, 2018, p. 54).

Como nos assevera (LIMA, *op.cit.*55) “[...] acreditamos e defendemos que a educação não se efetiva somente dentro das unidades formadoras ela ultrapassa os seus muros”.

Neste sentido, pensar em educação é pensar num horizonte de possibilidades para enfrentarmos as desigualdades sociais, as expressões e manifestações da “questão social”, que ao longo do desenvolvimento do capitalismo, se complexificou e trouxe à sociedade, inúmeros problemas de ordem social, econômica e política. (LIMA, 2018)

Portanto, para que o direito de acesso à educação superior com garantia de permanência até o final do curso e com perspectivas de uma melhoria de vida, seja assegurado, necessita-se de mais e melhores universidades públicas. Por esse motivo, torna-se imprescindível a luta por um ensino superior gratuito, com qualidade e acessível a todos, que esteja de acordo com as exigências contemporâneas, mas que respeite as particularidades de cada IES.

A “Reforma Universitária” é um assunto atual e bastante polêmico na conjuntura atual. Não pretendemos entrar no grande debate nacional, em curso, apenas pontuar os pontos centrais, pela sua importância no contexto geral da educação superior.

Assim, inferimos que a própria LDB, ressalta a necessidade de articulação entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior. No entanto, observamos entre

outros aspectos, a obrigatoriedade do Poder Público de desenvolver programas de Educação a Distância (EaD), nos diversos níveis de ensino devido a necessidade do mercado em obter profissionais graduados em diversas profissões o mais depressa possível.

Deste modo, podemos observar o sucateamento do ensino superior brasileiro, mediante a lógica privatista e de desarticulação da relação entre ensino, pesquisa e extensão baseada no modelo de ensino semipresencial (EaD), o qual tem gestado profissionais cada vez mais voltados para a lógica mercantil, estando “despreparados/as” para atuação frente às demandas sociais de maneira eficaz e resolutiva (LEITE, 2015).

A reforma universitária brasileira seguiu em uma perspectiva meramente mercantil voltada para os interesses do capital, propiciando um ensino de má qualidade devido o aumento “[...] de instituições privadas que não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão fora dos interesses do mercado” (CARVALHO e SILVA, 2005, p. 34), sendo visível o crescimento de Instituições de Ensino Superior à distância e semipresenciais, bem como, um grande aumento dos financiamentos em longo prazo no ensino através dos Programas de Financiamentos de Estudos (FIES).

Fazendo uma análise crítica acerca do FIES em nosso país nos últimos anos, observamos que “[...] o Governo Federal vem transferindo aos poucos a responsabilidade da Educação Superior para as Instituições de Ensino da rede privada” (LEITE, 2015, p. 65), incentivando e financiando os estudos nesta lógica buscando reafirmá-la como ideal em nosso país, ao tempo que dificulta o acesso às Universidades Públicas Federais mediante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o qual propicia uma concorrência desleal entre os estudantes que concorrem à mesma vaga, mas com arcabouço teórico desigual, haja vista a precarização do ensino na educação básica em determinados territórios de nosso país.

Neste contexto, podemos observar que o “[...] amplo processo regressivo, redefiniram-se as funções do Estado, retirando as políticas sociais públicas da esfera a qual estas pertencem genuinamente, para serem entregues aos negócios privados [...]” (BEHRING, 2003 *apud* KOIKE, 2009, p. 5), reafirmando assim, o já mencionado sucateamento da educação superior brasileira.

No discurso do governo brasileiro, a expansão das Universidades Federais vem ocorrendo mediante criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI)

e da Universidade para Todos (PROUNI), que tem propiciado o crescente número de ingressantes nas Universidades Federais, ficando evidente em todo o país, principalmente no interior, a tão sonhada Expansão Universitária. Porém, “[...] cabe aqui esclarecermos que numa lógica meramente mercantil, podemos observar que houve nos últimos anos certa expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) na rede pública no Brasil [...]” (LEITE, 2015, p. 65), entretanto, mediante políticas e programas que não propiciam a qualidade da formação superior, objetivando somente atender as exigências e prazos do mercado e ainda, cumprimento dos acordos e metas do Governo Federal.

Deste modo, “[...] a Expansão Universitária vem ocorrendo em nosso país de forma unilateral, atendendo em sua maior parte os anseios do capital e do projeto neoliberal que impõe uma análise quantitativa e despreza a qualidade do Ensino Superior” (LEITE, 2015, p. 67).

Chauí (2001, p.189), chama atenção para o que denomina de *universidade operacional*, que reflete características contidas na reforma do Estado, pois:

[...] transforma a educação de direito em serviço e percebe a universidade como prestadora de serviços, confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz o vocabulário neoliberal para pensar o trabalho universitário como transparece no uso de expressões como “qualidade universitária”, “avaliação universitária” e “flexibilização da universidade” (CHAUÍ, 2001, p.182).

Alerta, assim, para uma visão de universidade voltada a si mesma, privilegiando sua estrutura de gestão, numa lógica da produtividade, eficácia e flexibilidade, desviando o foco de seu papel principal que é o ensino, pesquisa e extensão.

O grande desafio diante das exigências contemporâneas para o Serviço Social é formar profissionais capacitados para atuarem com competência e, para isto, afirma-se que:

[...] o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade” (IAMAMOTO, 1998, p.75).

Competência, segundo a mesma autora (1998, p.80), deve ser:

[...] uma competência crítica, capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las, supõe competência teórica e fidelidade ao movimento da realidade; competência teórica e ético-política que subordine o ‘como fazer’ ao ‘o que fazer’ e, este, ao ‘dever ser’, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

De acordo com as contribuições dos autores citados, percebe-se que é exigida hoje uma formação universitária/profissional sólida, que possa propiciar aos profissionais subsídios teóricos, éticos, políticos, técnicos e práticos, que possibilitem o enfrentamento dos desafios dos novos tempos, dentre os quais se destacam igualdade de oportunidades na educação e maior qualidade no ensino, com vistas à efetivação da cidadania.

Levantar alternativas e possibilidades de “resistência” frente à política educacional vigente no cotidiano das instituições de ensino superior objetivando uma educação igualitária e de qualidade constitui-se num dos desafios atuais.

O sentido de educação para todos, em benefício das pessoas, na busca do desenvolvimento social e econômico, deve ser conquistado de forma conjunta, envolvendo especialmente as categorias profissionais, tendo em vista um projeto de profissão e de sociedade que altere a realidade, buscando alternativas justas e igualitárias, pois a educação é fundamental na formação de profissionais no mundo contemporâneo.

Portanto, para que o direito de acesso à educação superior com garantia de permanência até o final do curso e com perspectivas de uma melhoria de vida, seja assegurado, necessita-se de mais e melhores universidades públicas. Por esse motivo, torna-se imprescindível a luta por um ensino superior gratuito, com qualidade e acessível a todos, que esteja de acordo com as exigências contemporâneas, mas que respeite as particularidades de cada IES.

Assim, pode-se perceber que a universidade é um espaço de contradições, contestações, conflitos, lutas, mediações e crise, pois a intenção de resistência, bem como os seus efeitos, emanam dos protagonistas deste cenário, ou seja, dirigentes, professores, estudantes e técnico-administrativos, em suas relações cotidianas. Portanto, ações significativas podem ser desenvolvidas para uma educação de qualidade e com mais igualdade.

Este desafio deve ser enfrentado em conjunto com a formação e o exercício profissional, pois “[...] ao formar assistentes sociais a graduação, esteja lançando no mercado um profissional que efetivamente se posicione na defesa da democracia, da liberdade e da emancipação humana” (COUTO, 2004, p. 49).

Para os cursos de Serviço Social, além da reforma universitária, mesmo que ineficiente, considerando o rumo meramente mercantil a qual tomou, necessitava-se de arcabouço jurídico que garantisse uma formação profissional de qualidade, algo que

norteasse a gestão de novos assistentes sociais propositivos e atentos às novas exigências das demandas sociais.

5.2 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

A formação profissional atualmente é um grande desafio diante da conjuntura atual, pois formar profissionais comprometidos, capacitados e éticos, preparando-os para a inserção no mercado de trabalho exigente, discriminatório e excludente, é sem dúvida um compromisso fundamental daqueles que trabalham com a educação superior.

Para tanto, a Formação Profissional em Serviço Social passa a ser regulamentada pela Lei nº 1.899/1953 vivendo um longo processo de transformação no decorrer dos últimos anos até a aprovação da Lei nº 8.662/1993, sendo que manter a “[...] formação profissional sob permanente e crítica atualização torna-se, cada vez mais, uma necessidade nos diferentes campos profissionais” (KOIKE, 2009, p. 02).

É importante mencionar que as Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria em 1996,

[...] apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional, tendo como conteúdos: formação e trabalho profissional. Tais conteúdos, vinculados à realidade social, conformam os núcleos que embasam as novas diretrizes curriculares em processo de implantação e implementação dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino, consolidando a apreensão crítica dos processos sociais na perspectiva da totalidade. (KONNO, 2005, p. 1-2).

Desta forma, o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social brasileiro vem a contribuir para a legitimação da profissão, gerando assistentes sociais que contribuam com a construção de novas relações sociais, e estejam preparados para atuação na docência em Serviço Social, indo ao encontro do exposto nas Diretrizes Curriculares para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social (PPC), o qual traz uma ligeira preocupação com a formação docente no sentido de ter disciplinas que trabalhem, ainda na graduação, o incentivo à formação de profissionais docentes pautados no projeto profissional.

Após as conquistas do Projeto de Formação Profissional, bem como a exigência do Currículo Mínimo, direcionado pelas Diretrizes Curriculares (1996),

buscou-se a construção e reconstrução do significado social da profissão a partir do reconhecimento das diferentes concepções, projetos e práticas que havia dentro da profissão, a fim de prestar explicações de seus sentidos e reconstruir seus significados, para obter-se coletivamente “[...] uma concepção teórico-prática que seja, ao mesmo tempo, norte político-ideológico e referencial crítico de análise, de ação e de criação do novo”, que se refere aos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993 (KOIKE, 1999, p. 110).

Para a garantia da qualidade da formação profissional do Assistente Social no Brasil, faz-se necessário a afirmação da investigação social como atividade primordial, bem como manter rigoroso processo de formação continuada, procurando estar atento às novas demandas e aos novos referenciais teóricos, com o intuito de propiciar o processo de renovação constante da profissão (CARDOSO *et al* 1997).

Portanto, para termos uma formação profissional de qualidade,

[...] trata-se de preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Trata-se aqui, de um projeto profissional que, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do Assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feita à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico (IAMAMOTO, 2004, p. 163).

Assim, aprofundando nas Diretrizes Curriculares é importante destacar na formação profissional em Serviço Social, os três núcleos fundamentais, 1) teórico-metodológico da vida social; 2) formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3) fundamentos do trabalho profissional (UFT, 2010).

“[...] Esses núcleos constituem a essência do projeto de formação profissional do Serviço Social, dando suporte teórico-prático à compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da crítica marxiana [...]”, o que permite ao profissional a interpretação da realidade social a partir da demanda e mediação nas relações sociais, dando ênfase “[...] à dimensão interventiva e operativa da profissão, de forma consciente e comprometida com a classe trabalhadora, bem como com suas necessidades e direitos, visando à dignidade humana” (ALBIERO, 2006 *apud* SILVA, 2016, p. 31).

5.2.1 O processo de formação profissional do Serviço Social na UFT

Nesse contexto, destacamos a Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032 de 23 de Outubro de 2000, com suas atividades iniciadas a partir de maio de 2003. No *Campus* de Miracema do Tocantins, seu auge e incorporação deram-se entre 1999 a 2000 com a decadência da então Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), a partir da suspensão de vestibular, extinção e criação de novos cursos (UFT, 2010).

Portanto, o primeiro⁸ Curso de Serviço Social em uma instituição pública federal, fora criado no Estado do Tocantins em 2006⁹, e implantado a partir do ano de 2007/2, período esse de início da primeira turma desse *Campus* (UFT, 2010).

A partir da criação do Curso de Serviço Social,

[...] o *campus* de Miracema passou a contribuir bastante na formação do ensino superior, em se tratando da localização do curso na região central do Estado do Tocantins, ofertando 80 (oitenta) vagas via vestibular¹⁰, por semestre para cada um dos cursos (Serviço Social e Pedagogia) até 2008, ampliando a oferta em 160 (cento e sessenta) vagas por ano, o que corresponde a duas turmas a cada semestre, sendo uma noturna e outra diurna. (UFT, 2010 *apud* SILVA, 2016, p. 36).

Devido à crescente demanda da Educação a Distância (EaD) e da privatização do ensino superior, o curso de Serviço Social da UFT traz um diferencial na formação primando pela qualidade da educação superior, propiciando a apreensão do agir profissional nas diversas regiões do país pautados nos princípios éticos da profissão (UFT, 2010).

A proposta vigente do Curso de Serviço Social da UFT envolve:

Quadro 1: Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social da UFT.

Semestre/ Período	Disciplina	Carga horária (h)	Carga horária por Semestre (h)
1º	Metodologia do Trabalho Científico	60	300
	Economia Política e Serviço Social	60	
	Filosofia	60	

⁸ E o terceiro da região norte do Brasil, seguido dos Estados do Amazonas e Pará, respectivamente.

⁹ Em 2006 fora criado, o primeiro PPC de Serviço Social da UFT, sendo em 2010, reformulado e atualizado, visto que é o PPC atual, e referenciado para estudo deste estudo.

¹⁰ A partir de 2015/1 a entrada dos/as acadêmicos/as nos cursos de graduação na UFT foi por Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

	Introdução ao Serviço Social	60	
	Sociologia	60	
2º	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	60	300
	Ciência Política	60	
	Sociologia II	60	
	Trabalho e Sociabilidade	60	
	Fundamentos Histórico Teórico- Metodológico do Serviço Social I	60	
3º	Antropologia	60	300
	Questão Social e Serviço Social	60	
	Fundamentos Histórico Teórico- Metodológico do Serviço Social II	60	
	Direito e Legislação Social	60	
	Psicologia Social	60	
4º	Ética e Serviço Social	60	300
	Fundamentos Histórico Teórico- Metodológico do Serviço Social III	60	
	Serviço Social e Processo de Trabalho	60	
	Análise da Realidade Social	60	
	Política Social I	60	
5º	Pesquisa em Serviço Social I	60	405
	Estatística I	30	
	Movimentos Sociais e Serviço Social	60	
	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo I	60	
	Política Social II	60	
	Estágio e Supervisão Acadêmica I (teórica)	30	

	Estágio e Supervisão Acadêmica I (prática)	105	
6º	Pesquisa em Serviço Social II	60	405
	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo II	60	
	Serviço Social e o conceito de Família	60	
	Estatística II	30	
	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia	60	
	Estágio e Supervisão Acadêmica II (teórica)	30	
	Estágio e Supervisão Acadêmica II (prática)	105	
7º	Pesquisa em Serviço Social III	60	405
	Seminário Temático (optativa)	60	
	Gestão e Planejamento em Serviço Social	60	
	Direitos Humanos e Serviço Social	30	
	Tópicos Especiais em Política Social (optativa)	60	
	Estágio e Supervisão Acadêmica III (teórica)	30	
	Estágio e Supervisão Acadêmica III (prática)	105	
8º	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	405
	Fundamentos do Controle Social	30	
	Oficina de Projetos Sociais	60	
	Tópicos Especiais em Política Social (optativa)	60	
	Seminário Temático (optativa)	60	
	Estágio e Supervisão Acadêmica IV (teórica)	30	

	Estágio e Supervisão Acadêmica IV (prática)	105	
9º	Tópicos Especiais em Política Social (optativa)	60	300
	Cultura Brasileira e Questão Étnico-Racial	60	
	Magistério e Supervisão em Serviço Social	60	
	Seminário Temático (optativa)	60	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	

Fonte:UFT, 2010, p. 33-36, grifo nosso.

Assim, totalizando 2.580h de Disciplinas; O Estágio Supervisionado do 5º ao 8º período, distribuído em 135h por semestre (30h teóricas e 105h práticas), totalizando 540h; e as Atividades Complementares de 135h, sendo obrigatórias para a formação profissional, envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. A carga horária do curso consiste em 3.255h (UFT, 2010). Mesmo a disciplina de *Magistério e Supervisão em Serviço Social*, ter apenas 60h em sua grade curricular, demonstra mesmo que sumariamente a preocupação com a formação de docentes e supervisores de campo para fortalecer o curso de Serviço Social.

Desse modo, temos o discente como sujeito do processo de formação, no qual terá através dos docentes e do estágio supervisionado, conhecimento teórico e prático, para o desenvolvimento de sua capacidade crítica construtiva, para tornar-se um profissional propositivo não apenas nos espaços sócio-ocupacionais, mas também uma formação para a docência em Serviço Social, pautado nos princípios fundamentais do projeto profissional.

5.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CONTEXTO REGIONAL ¹¹

O movimento separatista que reivindicava o desmembramento da parte norte do estado de Goiás teve início na primeira metade do século XVIII, vindo a efetivar-se somente com a Constituição Federal de 1988. O estado do Tocantins passou a pertencer à Região Norte do país, também chamada por Amazônia Legal. É o mais novo estado da

¹¹ As informações deste item estão referenciadas na Proposta de Mestrado em Serviço Social da UFT de 2017 e na Proposta de Revisão do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social de 2018.

federação brasileira e ocupa uma área de 278.420,7 km². Está situado no sudoeste da Região Norte do país, limitando-se ao norte com o estado do Maranhão; a leste com os estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o estado de Goiás; e a oeste com os estados de Mato Grosso e Pará. Embora pertença formalmente à Região Norte, encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única (PDI – UFT, 2017, p.13).

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada (PDI – UFT, 2017, p. 14). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Tocantins é de 0,699, em 2010 (PNUD, 2010).

De acordo com o último resultado do censo (IBGE, 2010) o Brasil possui cerca de 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 8,5% da população. Em relação ao estado do Tocantins esses dados são alarmantes, já que esse percentual atinge 11,8% da população que vive em extrema pobreza, o que equivale a 163 mil pessoas em relação ao total de 1.383.445 habitantes. Existe uma população estimada de 5.275 indígenas distribuídos em sete grupos, que ocupam uma área de 2.171.028 hectares. Desse total, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) somente 630.948 hectares foram demarcados (PDI-UFT, 2013).

Os conflitos em torno da demarcação de terras indígenas são seculares na região que hoje abriga o estado. Segundo Araújo (2016, p. 41) no século XX, o povo Xerente que habita a microrregião central do estado já estava com suas terras quase totalmente tomadas pelas fazendas de gado que, aos poucos, foram se instalando entre os rios Tocantins e Sono. Segundo a autora, dentre vários elementos que contribuíram para os conflitos em terras indígenas, destaca-se o processo de expansão da pecuária, que durante a colônia tinha vida própria, o que lhe permitia subsistir mesmo que diminuísse consideravelmente a procura por seus produtos. Assim, as terras ocupadas pelos indígenas eram consideradas vazias e permitia-se o estabelecimento de novas fazendas – mesmo junto a atividades agrícolas de subsistência (ARAÚJO, 2016, p. 41-42).

Com a criação do estado do Tocantins a atividade industrial vem crescendo, mas, o percentual de empregos gerados nesse setor ainda é baixo. A economia do estado se situa basicamente no setor primário (agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral). A mão de obra rural ocupa, segundo dados do IBGE, (2010) cerca de 50% da PEA (População Economicamente Ativa). Há um percentual de 16,37% de pessoas que são

oriundas da zona urbana, mas que trabalham na zona rural para garantir o seu sustento e dispõem de condições precárias em postos de trabalho como diaristas, boias frias e etc. Os empregos gerados no estado se caracterizam, em grande parte, por serem sazonais (de curta duração), fazendo parte do processo ocupacional de construção de estradas, ferrovias e hidrelétricas no contexto das grandes obras, como também em tempos de colheita na monocultura cada vez mais mecanizada, que faz aumentar a superpopulação relativa estagnada e flutuante.

Além disso, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), o Tocantins é um dos quatro estados com maior incidência de trabalho análogo à condição de escravidão. Nos últimos dez anos foram libertados 2.808 trabalhadores que se encontravam em condições análogas a de escravidão em setores da pecuária, carvoaria e lavoura em todo o estado. Outro elemento a ser destacado é o desenvolvimento desigual do estado, enquanto a capital – Palmas – possui um IDHM de 0,788, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), a região ao extremo norte do Tocantins, conhecida como “bico do papagaio” possui cidades com índices de desenvolvimento humano considerado baixo, a saber, Carrasco Bonito com IDHM de 0,594 e Riachinho do Tocantins com 0,572.

A região do “bico do papagaio” localizada ao extremo norte do estado, na divisa com os estados do Pará e do Maranhão é cortada por dois rios – Araguaia e Tocantins – cuja confluência perfaz o formato de um bico. Nessa microrregião os conflitos por terras são intensos e sua gênese remonta aos processos de ocupação. Na década de 1970 foi cenário da guerrilha do Araguaia em plena ditadura militar. A primeira ocupação se deu mediante conflitos territoriais e condicionantes climáticos, com a migração de agricultores nordestinos que vieram fugidos da seca e da grilagem em seus estados de origem e se estabeleceram na região através do plantio da roça de toco. O segundo processo de ocupação foi estimulado pelo Estado, através da integração da região amazônica à produção agroexportadora, tendo como principais protagonistas os grandes agropecuaristas, o que acirrou os conflitos agrários nessa região (MARTINS, 1997).

Sobre esses processos, os números apresentados por José de Souza Martins (1997) em seu estudo realizado em diferentes pontos da Amazônia que atinge hoje os estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Tocantins, intitulado “Fronteiras: a degradação do outro nos confins do mundo” são bastante elucidativos: no período de 1970 a 1993 houve denúncias de ocorrências de trabalho em condições análogas à de escravidão em 431 fazendas e destas, 308 se encontravam na

Amazônia. Se somadas às denúncias em diferentes épocas houve pouco mais de 85 mil trabalhadores encontrados nessas condições, um número bem inferior ao real, segundo o próprio autor (MARTINS, 1997, p. 89). Além desses dados, aliam-se os inúmeros casos de torturas, depeões e assassinatos em tentativas de fugas, elementos que são significativos como componentes do próprio processo do capital, em que este último se beneficia com o atraso social e econômico (MARTINS, 1997, p. 112).

A criação do estado do Tocantins caracterizou-se por um projeto de ocupação territorial e de desenvolvimento da Região Norte de Goiás. Esse processo foi, como já registrado, marcado por um intenso fluxo migratório ocorrido entre as décadas de 1970 e 1990. A migração possui estreita relação com a pobreza engendrada no modo de produção capitalista, em suas fases de desenvolvimento. O mercado de trabalho no Tocantins se constitui através de um processo de desenvolvimento desigual, inerente ao capitalismo, em que os novos modelos de produção gestados no bojo dos avanços tecnológicos convivem com padrões retrógrados de organização e relações sociais de trabalho, tanto na zona urbana quanto na rural.

Essas situações denunciam a miséria dos trabalhadores em contraposição ao crescente desenvolvimento agroindustrial, modelo de desenvolvimento que gera empregos de baixa qualidade e acentua a concentração de renda em uma camada social muito exígua, persistindo e reforçando o abismo social entre ricos e pobres.

Após dois anos de constituição do estado do Tocantins (1988) foi criada a Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo Decreto Estadual nº 252/1990, sendo estruturada pela Lei Estadual nº 326/1991 e, posteriormente, pelas Leis Estaduais nº 872/1996 e nº 874/1996. Dentre as diretrizes constantes no projeto inicial destacamos a institucionalização do modelo multicampi de universidade: em 1991, a criação dos Campus de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis; em 1992 a criação dos Campus de Araguaína, Colinas, Miracema, Paraíso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi.

Em relação à Universidade Federal do Tocantins (UFT) a sua criação se deu mediante reivindicações da comunidade no sentido de federalizar as estruturas da UNITINS, mantendo parte de sua formação multicampi inicial. Isso ocorreu devido ao fato de que na gestão 1999/2000 a UNITINS passou por alterações que culminaram com a suspensão de seu vestibular e a extinção de cursos de graduação. Decorridos seis semestres sem vestibular no Campus de Miracema e na iminência de sua extinção, a comunidade acadêmica e a sociedade civil se organizaram para reivindicar sua incorporação à recém-criada Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003 (PDI – UFT, 2017, p. 19), sendo a terceira universidade pública federal da Região Norte (sendo a primeira no estado do Amazonas e a segunda no estado do Pará), todavia a primeira no estado do Tocantins, instituída pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000. A UFT está distribuída em sete cidades do Tocantins abrangendo geograficamente, norte a sul do estado: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A partir de 2000, o Campus da UFT de Miracema passou a retomar o debate sobre a criação de mais um curso de graduação, já que contava apenas com o curso de pedagogia. Entre os anos de 2005 e 2006 ampliaram-se os debates sobre a criação de novos cursos no contexto nacional de expansão do ensino superior e estabeleceu-se uma comissão para apresentar parecer sobre os cursos de graduação a serem criados. Foi realizada uma pesquisa junto à comunidade interna e externa sobre a proposição de um novo curso de graduação e a comissão recomendou a criação do curso de Serviço Social, na Região Norte por ser bastante difundido na região pelo ensino à distância privado, nesse sentido, seria um importante contraponto àquela modalidade.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT autoriza a criação do curso de Serviço Social mediante Resolução nº 003/2006, de 26 de maio de 2006 e reconhecido pela Portaria MEC nº 487, de 20 de dezembro de 2011. No mesmo período é criado e autorizado o curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima (UERR) com sede em Boa Vista, mediante a Resolução do Conselho Universitário nº 026, de 26 de maio de 2006, vindo a se constituir em mais uma escola pública de Serviço Social.

É também a partir dos anos 2000 que se verifica a proliferação das instituições privadas na Região Norte, com oferta de vagas para a graduação em Serviço Social, na modalidade presencial e à distância. No estado do Tocantins, a primeira escola de formação em Serviço Social na modalidade presencial foi o Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP- ULBRA) que iniciou suas atividades no ano de 1993. O curso de Serviço Social teve autorização de funcionamento a partir de 2000, com a Resolução CONSEPE/CEULP nº 005, de 12 de julho de 2000 e o reconhecimento do curso mediante Portaria SESU/MEC nº 775, de 07 de novembro de 2008.

Entre os anos de 2003 e 2004, o governo do estado do Tocantins recredencia a UNITINS para a oferta de cursos de graduação e recebe autorização de funcionamento do MEC, mediante Parecer nº 2.145/2004 para cursos de graduação em modalidade à

distância pagos, coadunando com a expansão do ensino superior privado. Em 2005, o Conselho Curador daquela Universidade autoriza a oferta de vagas para a graduação em Serviço Social à distância com cobranças de mensalidades, com início das atividades em 2006. Em 2009 ocorre o credenciamento da UNITINS para oferta de cursos de graduação à distância, pelo MEC, mediante Nota Técnica nº 17/2009/CGS/DRESEAD/SEED/MEC e das recomendações da Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão, sob processo PRDC/PRTO nº 02, de 19 de fevereiro de 2009.

A partir de agosto de 2010, a UNITINS também passa a ofertar o curso de Serviço Social público, na modalidade presencial, segundo autorização do Conselho Curador sob Resolução nº 003/2010. O reconhecimento do curso foi mediante o parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), sob nº 366/2013, aprovado em 16 de dezembro de 2013 e publicado no Diário Oficial do estado do Tocantins sob o nº 4.050, de 20 de janeiro de 2014.

Desde sua criação, a UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do estado do Tocantins, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Atualmente, oferece 61 cursos de graduação, 17 programas de mestrado acadêmico e 6 doutorados reconhecidos pela Capes, conta com 982 docentes e 18.881 estudantes (PDI-UFT, 2017, p. 22). Tem por objetivo consolidar-se como instituição voltada para a produção e difusão do conhecimento, à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (PDI-UFT, 2017, p. 19).

Segundo o Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT a missão institucional consiste em “formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do estado do Tocantins e da Amazônia Legal”. Para isso, dentre as metas estabelecidas no PDI tem-se priorizado o apoio à estruturação de novas propostas de mestrado e doutorado, como também centrar esforços em estratégias para ampliação dos conceitos da pós-graduação *stricto sensu* (PDI-UFT, 2017, p. 226-27).

Essa proposta vem reforçar a concepção de ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade, atendendo a uma demanda por qualificação de assistentes sociais e profissionais de áreas afins que se encontram atuando em diversos espaços sócio-ocupacionais.

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

5.3.1 O Campus de Miracema

Adentrando a realidade do Campus de Miracema foco desta pesquisa, enfatizamos um pouco da história da região e de Miracema.

Em 25 de novembro de 1920 foi criado o Distrito de Lajeado pela Lei Municipal nº 2, contudo foi instalado em 12 de novembro de 1934, passando a denominar-se Bela Vista, em razão da sede já ser de fato nesta localidade, por conveniência administrativa. Grande progresso veio a ter a então Vila de Miracema, com a descoberta do garimpo de Pias (atual Pium) .

O progresso ocorreu para que seus habitantes alimentassem a ideia de emancipação político - administrativa. Em 1º de janeiro de 1949 foi solenemente instalado o Município de Miracema do Tocantins.

Com o advento da Rodovia BR - 14, hoje BR- 153, ocorrido em 1958, a cidade foi transformada durante certo período, num verdadeiro entreposto comercial para a região norte do Estado e Estado do Maranhão, por ser ponto terminal da navegação fluvial no médio do Tocantins.

No dia 07.12.88, foi anunciada a escolha da Capital Provisória do Estado do Tocantins que recaiu sob a cidade de Miracema do Norte, por decisão consensual do Presidente da República, Sr. José Sarney e do Governador eleito, Siqueira Campos.

A Capital Provisória permaneceu naquela cidade de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1989.

A Cidade de Miracema do Tocantins, portanto, é a Primeira Capital do Estado, localizada a 80 Km de Palmas e com cerca de 20 mil habitantes, com uma área territorial de 2.656.090 km², o município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena.

A população da cidade de Miracema -TO de acordo com o IBGE (2017), a população estimada é de 19.055 mil habitantes e a do censo de 2010 é de 20684 mil habitantes. De acordo com os dados do censo de 2010, o IDH do município é 0,684, e com relação à escolarização 97,1% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão inseridos na escola. Sobre a mortalidade infantil, os dados de 2014 apresentam que o município possui 16,45% óbitos por 1.000 nascidos vivos.

A UFT no município de Miracema do Tocantins surgiu da incorporação da Unitins em 2003, criando assim o Campus de Miracema que possui atualmente quatro cursos de graduação: Serviço Social, Pedagogia, Educação Física e Psicologia.

Com o surgimento do Curso de Serviço Social, o campus de Miracema que contava apenas com o curso de Pedagogia, passou a contribuir na formação do ensino superior, oferecendo 80 (oitenta) vagas, via vestibular, por semestre para cada um dos cursos (Serviço Social e Pedagogia) até 2008. A oferta foi ampliada para 180 (cento e oitenta) vagas por ano, o que corresponde a duas turmas a cada semestre, sendo uma noturna e outra diurna. Após 2008, esses números diminuem, sendo ofertada 120 (cento e vinte) vagas por ano entre os dois cursos mais antigos(SILVA, 2016).

Segundo informações da Secretaria Acadêmica do Câmpus de Miracema do Tocantins, vale destacar que a partir do ano de 2008 o Curso de Pedagogia passa a ofertar uma entrada por ano, ou seja, disponibiliza apenas 40 (quarenta) vagas ao ano. Nos anos de 2015 e 2016 foram implantados dois novos cursos: Educação Física e Psicologia, respectivamente. Com quatro cursos de graduação, o Câmpus de Miracema conta com o Curso de Pedagogia com 225 alunos, o Curso de Serviço Social com 222 alunos, o Curso de Educação Física com 115 alunos e o curso de Psicologia com 105 alunos, totalizando 667 alunos. O Corpo Docente é composto atualmente por 56 docentes sendo 15 do Curso de Pedagogia, 22 do Curso de Serviço Social, 10 do curso de Educação Física e 09 da Psicologia, envolvendo 02 Pós Doutores, 33 Doutores, 20 Mestres e 01

especialista, tendo em sua maioria dedicação exclusiva¹². O Câmpus conta ainda segundo a mesma fonte com 30 técnicos administrativos, sendo 06 com nível médio ou técnico, 07 com graduação, 15 com especialização e 02 com mestrado.

5.3.2O curso de Serviço Social na UFT

O curso de Serviço Social da UFT é considerado novo, com aprovação no ano de 2006, mediante Resolução CONSEPE N° 06 de 2006, tendo apenas 12 (doze) anos de criação. “[...] O Conselho Diretor do Câmpus Universitário de Miracema aprovou a indicação ao Consepe da criação do Curso de Serviço Social a ser implantado a partir do ano de 2007/1” (UFT, 2010, p. 11).

Deste modo, foi instituída uma comissão com a responsabilidade de elaborar o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, aprovado no ano de 2007, tendo sua primeira alteração no ano de 2010. Vale ressaltar, que a referida comissão foi composta pelos professores: Márcio Antônio Cardoso de Lima (Presidente), José Carlos da Silveira Freire, Antônio Miranda de Oliveira e Mariléa Borges de Lima, esta última, integrante do Câmpus Universitário de Tocantinópolis – TO (Idem, 2010).

Assim, o Curso de Serviço Social da UFT consiste numa graduação em bacharelado de quatro anos e meio, com turmas no período matutino e noturno, sendo que atualmente conta com 10 turmas formadas (SILVA, 2018). O curso objetiva primordialmente formar profissionais responsáveis pela formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas e sociais, bem como programas e projetos sociais nas áreas da assistência social, saúde, educação, justiça, trabalho, previdência social, tanto nos espaços públicos quanto privados (UFT, 2010). Dentre os objetivos específicos, constam os seguintes:

- Preparar o aluno para compreender o contexto sócio-político e econômico no âmbito internacional, nacional e amazônico, subsidiando a sua intervenção na realidade social.
- Respalda o ensino da prática nas dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativo-formativo por meio de mediações entre ensino, pesquisa e extensão.
- Articular as diferentes áreas do conhecimento, por meio do caráter interdisciplinar, possibilitando a compreensão das

¹² Estes dados foram fornecidos pela Divisão de Registro e Acompanhamento Acadêmico e Seção de Gestão de Pessoas do Câmpus de Miracema (2018).

implicações da prática profissional no contexto das relações de classe e redefini-las para efetivação dos direitos sociais.

- Incrementar o conhecimento tecnológico-informacional para que este possa responder as demandas apresentadas ao profissional do século XXI, nesta área do conhecimento.
- Estimular a participação no processo de organização da categoria profissional, bem como nos movimentos da sociedade civil e nas esferas de controle social.
- Propiciar a aproximação da universidade com a comunidade por meio de projetos e cursos de extensão;
- Estimular a produção de conhecimento por meio de núcleos de estudos e pesquisas (IDEM, 2010, p. 31).

Ambos objetivos propiciam um Ensino Superior de qualidade, “[...] buscando formar profissionais preparados para atuarem nas diversas manifestações/expressões da questão social zelando pelos princípios éticos da profissão na atuação profissional” (LEITE, 2015, p. 84-85). Nesse sentido, o PPC busca construir um perfil profissional embasado na fundamentação teórico-metodológica e técnico-instrumental visando uma análise da totalidade nas demandas postas ao agir profissional (LEITE, 2015).

O curso está pautado na “[...] articulação dos núcleos propostos pela ABEPSS, [...] com o objetivo do conhecimento histórico da profissão e da sociedade brasileira, bem como subsídios para a realidade atual” (SILVA, 2018, p. 66). Nesse sentido, temos três núcleos: “[...] Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (IDEM, 2018, p. 66). Sendo que a estrutura curricular do curso consiste da seguinte forma:

[...] do 1º ao 4º semestre são ofertadas 05 disciplinas por semestre, do 5º ao 8º são ofertadas 06 (seis) disciplinas por semestre e no 9º semestre são ofertadas 05 (cinco) disciplinas por semestre, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Totalizando são 49 (quarenta e nove) disciplinas, sendo 30 (trinta) privativas do Serviço Social 06 (seis) optativas (Seminários Temáticos ou Tópicos Especiais em Políticas Sociais) e 13 (treze) disciplinas não privativas que somadas às 135 horas complementares totalizam 3.255 h/a a ser ministradas em quatro anos e meio de curso (UFT, 2010 *apud* LEITE, 2015, p. 86-87).

Outro aspecto importante refere-se às horas¹³ mínimas de estágio exigidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sendo que “[...] no caso do Curso de Serviço Social da UTF, são 420 h/a, ou seja, 15 h/a a mais que o exigido, divididas em quatro semestres, sendo 105 horas semestrais [...]” (LEITE, 2015, p. 87). Vale ressaltar que as referidas 420 h/a o aluno estagiário executa atividades referentes ao Serviço Social nos diversos espaços sócio ocupacionais que requerem a atuação do Assistente Social.

Após exposição dos elementos acima, podemos inferir que mesmo sendo um curso novo e que se encontra em fase de implementação e consolidação, carecendo de várias alterações em seu PPC, o curso de Serviço Social da UFT busca aprimorar a formação profissional de seus alunos estando dentro das diretrizes curriculares atuais.

O curso de Serviço Social da UFT está em fase de reformulação curricular e conta com um curso de especialização em Serviço Social e Política Social (desde 2017) e uma proposta de Mestrado em Serviço Social em processo de avaliação pela CAPES/MEC (2017).

Em destaque apresentamos a área de concentração do curso de Serviço Social e as linhas de pesquisa que envolve:

Área de Concentração:

SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS - O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) concentra em sua área a produção de conhecimentos voltados para o Serviço Social e seus fundamentos mediante estudos e pesquisas dos docentes, em uma perspectiva interdisciplinar. Visa formar profissionais para atuar nas dimensões formativa, investigativa e interventiva, refletindo a sociabilidade através da contradição inerente a mesma, o que requer a defesa e efetivação de direitos por meio das políticas sociais, entendidas como espaço de mediação no processo de (re) produção material da vida social. As temáticas que envolvem a formação do assistente social e aglutinam reflexões teóricas voltadas para as políticas sociais e os direitos no capitalismo contemporâneo, com ênfase nas relações entre o Estado e as classes sociais no que tange às demandas por direitos no âmbito da execução e gestão das políticas sociais. As disciplinas se articulam com o desenvolvimento das pesquisas

¹³ Conforme ABEPSS, (2010, p. 29) “[...] a carga horária disponibilizada para o estágio obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 2.700 horas (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 462/82, do Conselho Federal de Educação”, ou seja, 405 horas.

realizadas nos grupos de estudos e pesquisas vinculados ao programa e esboçam um acúmulo no debate sobre a diversidade e os direitos humanos com foco para as particularidades próprias da região norte.

Linhas de Pesquisa:

1. Serviço Social e Políticas Sociais

- A configuração dessa linha de pesquisa se dá a partir das reflexões teóricas desenvolvidas pelo Serviço Social acerca da política social, especialmente no âmbito da seguridade social, enquanto espaço sócio-ocupacional. Reúne conteúdos que contemplam estudos, orientações e pesquisas sobre o Serviço Social, as políticas sociais, mediante as configurações contraditórias do Estado na contemporaneidade, as demandas sociais e os enfrentamentos das desigualdades sociais engendradas no capitalismo. Congrega discussões e estudos sobre os conceitos de políticas sociais, tendências e tipologias de avaliação, bem como, as políticas sociais setoriais, a execução e gestão das políticas sociais no contexto das particularidades nacional e regional.

2 Serviço Social, diversidade e direitos humanos

- Reúne investigações sobre o Serviço Social na contemporaneidade com ênfase na compreensão dos direitos humanos enquanto universo de garantias fundamentais ao ser humano em sua dimensão material e social. Toma por base experiências profissionais que privilegiem o debate e a intervenção profissional no seio das classes sociais e suas intersecções entre gênero, sexualidade, raça/etnia e geracional, as demandas de grupos e comunidades tradicionais e o processo de exploração inerente ao modo de produção capitalista. Finalmente procura compreender a relação entre o processo de violência social que contrapõe a efetivação dos direitos humanos e afirma o neoconservadorismo como fundamento de mitigação da diversidade. Aglutina estudos avançados na articulação do Serviço Social com os direitos humanos e a diversidade, contemplando aspectos regionais que se expressam no âmbito da vida social.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Minayo (2001, p.16) “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Deste modo, a metodologia desenhada para esta pesquisa contempla prioritariamente técnicas e instrumentos qualitativos, embora utilize também dados quantitativos.

Portanto, a teoria e a metodologia caminham juntas, sendo que “[...] a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 2001, p.16). Com isso, o dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipa para trabalhar com o real em movimento, na plenitude como buscamos, conforme sinaliza Martinelli (1994). Mais do que buscar descrições, é necessário interpretações, mais que informações, é preciso buscar sujeitos e sua experiência social.

Assim, compartilhando do pensamento de Minayo (2001), nos apoiamos no significado abordado por ela sobre a pesquisa qualitativa, pois responde a questões muito particulares. A pesquisa qualitativa:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado...ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21-22).

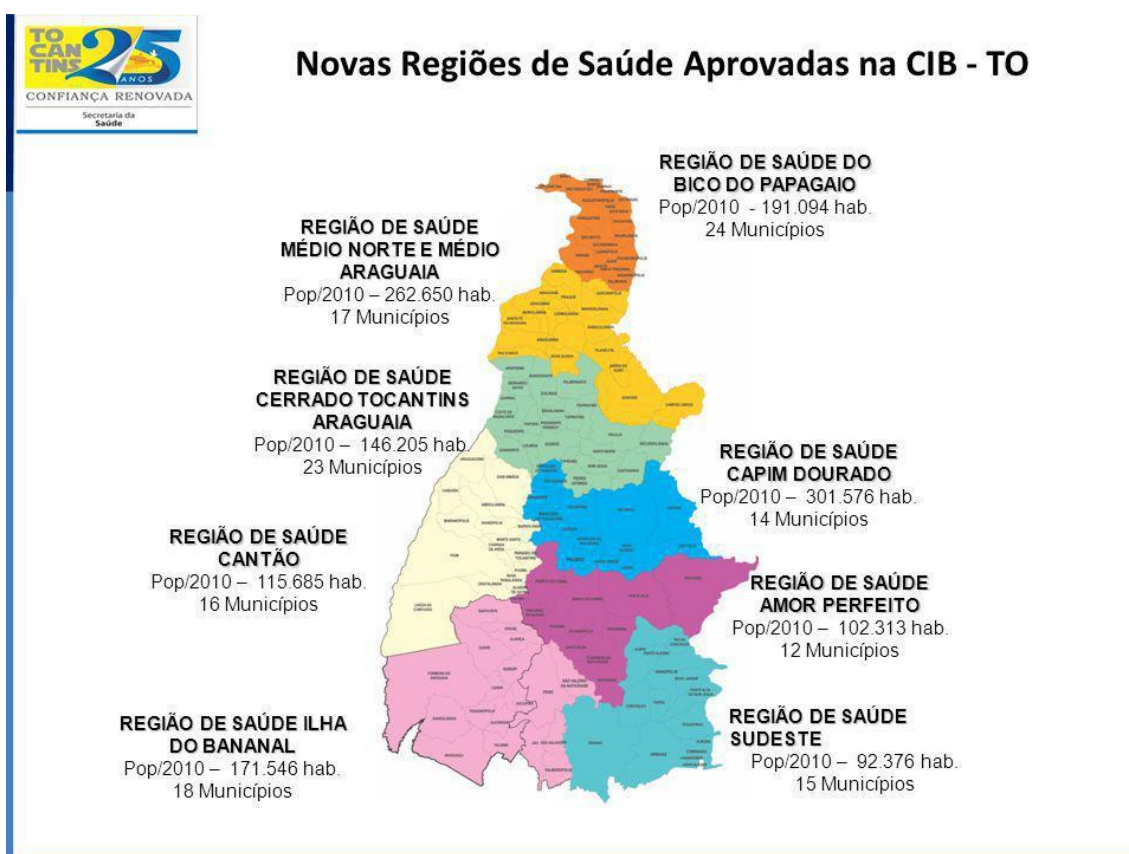
O social contém níveis visíveis, que podem ser expressos em medidas, mas -possui também níveis invisíveis, como significados, motivos, aspirações, que exigem outro tipo de representação: a qualitativa. Esta possibilita a compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais e dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que se dão, conforme Chizzotti (1995).

É importante destacar que a relação entre os dados qualitativos e os quantitativos não é de oposição, mas de complementaridade e articulação, sendo que a abordagem quantitativa servirá de suporte para o conhecimento produzido pela qualitativa, numa complementaridade mútua, permitindo uma interação dinâmica e possibilitando comparações e novas descobertas, excluindo qualquer dicotomia.

O Universo da Pesquisa constitui-se dos profissionais egressos do Curso de Serviço Social da UFT formados a partir de 2011, num total de 204 e os espaços sócios ocupacionais de inserção profissional dos mesmos bem como gestores e ainda os usuários dos serviços sócio assistenciais.

A amostra será construída pelos sujeitos a partir dos seguintes critérios:

- 24 Profissionais egressos do curso de Serviço Social da UFT, formados a partir de 2011 que estão inseridos no mercado de trabalho enquanto Assistente Social, em pleno exercício profissional, com experiência mínima de um ano nos espaços sócio-ocupacionais em diferentes áreas de atuação das 08 (oito) regiões de saúde do estado do Tocantins: Capim Dourado; Cantão; Bico do Papagaio; Médio Norte e Médio Araguaia; Cerrado Tocantins Araguaia; Amor Perfeito; Ilha do Bananal; e Sudeste, conforme ilustração abaixo:



Fonte: SESAU-TO, 2015.

- 01 (um) Gestor dos espaços sócio ocupacionais dos egressos profissionais com convivência mínima de 01 (um) ano no cargo, totalizando 24.
- 1% dos usuários atendidos pelos profissionais egressos dos serviços sócioassistenciais que estejam em acompanhamento por mais de um ano em ações individuais.
- 10% dos usuários atendidos pelos profissionais egressos dos serviços sócioassistenciais que estejam em acompanhamento por mais de um ano em ações coletivas.

Portanto, a pesquisa contará com um número de sujeitos ainda não mensurados, pois depende das informações a serem coletadas, mediante questionário e/ou entrevistas, dos sujeitos da pesquisa, conforme aceite de participação. Vele ressaltar que o detalhamento das instalações, dos serviços, centros, comunidades e instituições nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa também dependem das informações a serem coletadas. E ainda que, a inclusão e exclusão dos mesmos dar-se-ão conforme sua manifestação.

Se tratando das características esperadas da população, tais como: tamanho, faixa etária, sexo, cor/raça e etnia, orientação sexual, identidade de gênero, classes e grupos sociais, e outras que sejam pertinentes à descrição da população e que possam, de fato, ser significativas para a análise ética da pesquisa, também serão coletadas no decorrer da pesquisa, inclusive atendendo a um dos objetivos que envolve a construção do perfil dos egressos do curso de Serviço Social da UFT.

Vele ressaltar que as garantias éticas aos participantes da pesquisa dar-se-ão mediante preenchimento prévio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, o qual dará a liberdade de participação, garantindo a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que possam identificá-lo, garantindo, especialmente, a privacidade, sigilo e confidencialidade e o modo de efetivação.

A coleta de dados será feita através de questionários¹⁴, via internet, aplicados junto aos profissionais egressos e gestores, conforme aceite de participação. A Observação participativa¹⁵ e estruturada¹⁶ será utilizada mediante visita técnica aos espaços sócio-ocupacionais. Tal instrumental será utilizado como ponto de partida do processo investigativo, conjugado com outras técnicas, de forma complementar na descrição de dados.

¹⁴De acordo com Marsiglia (2006, p. 10), “o questionário é um instrumento de pesquisa, constituído pôr uma série ordenada de perguntas referentes ao tema de pesquisa”, o qual possui perguntas objetivas, podendo ser fechadas (aquelas pré-determinadas) e/ou perguntas abertas (aquelas que possibilitam ao sujeito responder abertamente às indagações) (MARSIGLIA, 2006).

¹⁵ A OBSERVAÇÃO PARTICIPATIVA, conforme Marconi e Lakatos (2019, p. 277), “implica a interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo”, ou seja, o observador busca a confiança dos observados mediante inserção no convívio social dos mesmos.

¹⁶ A OBSERVAÇÃO ESTRUTURADA, também conhecida como observação sistemática, conforme Marconi e Lakatos (2019, p. 276) “utiliza instrumentos para coletas dos dados ou fenômenos observados e realiza-se em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Porém as normas não devem ser rígidas ou padronizadas, pois situações, objetos e objetivos podem ser diferentes”, ou seja, possui planejamento prévio através de anotações e controle de tempo.

Já as entrevistas¹⁷, as quais se darão de forma semiestruturada¹⁸ e as reuniões focais, esta também chamada de *grupo focal*¹⁹, serão realizadas com os usuários dos serviços sócio assistenciais para aprofundar as discussões e garantir a confiabilidade dos resultados da pesquisa. Vale ressaltar que, em pesquisa social, a técnica do grupo focal vem sendo cada vez mais utilizada no âmbito das abordagens qualitativas. Ambos instrumentais serão utilizados com planejamento prévio de acordo com cronograma, comandada por responsável a ser definido pela Coordenadora do Projeto. Vale ressaltar que os sujeitos serão selecionados, conforme explicito anteriormente.

Também será utilizado o questionário junto aos envolvidos, escolhido como instrumento de coleta de dados para garantir maior liberdade e mais segurança nas respostas, além de menor risco de distorção, pela não influência direta dos pesquisadores.

A pesquisa documental será igualmente planejada e realizada com base no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social e nos Planos de ações dos egressos, com o objetivo de reunir o maior número possível de informações. Para o registro das informações nos utilizaremos de computador, vídeo, gravador e fotocópia de material, dentre outros.

Assim, teremos como instrumentos de coleta de dados os seguintes:

- A observação Estruturada (sistemática) e participante;
- Questionários com perguntas abertas e fechadas;
- Entrevista semi-estruturada;
- Grupo focal, orientado pelos indicadores de análise dos dados já estabelecidos.

A tabulação dos dados para análise contará com um software elaborado especificamente para as questões fechadas. Já para as questões abertas, as quais os sujeitos abordarão de forma espontânea suas perspectivas, realizaremos uma análise das falas mesclando as opiniões semelhantes e correlacionando-as com os referenciais teóricos, bem como com as análises a partir da observação participante.

¹⁷De acordo com as observações de Marconi e Lakatos(2009, p. 80) a “[...] entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma obtenha informação a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

¹⁸As entrevistas semi-estruturadas, conforme Minayo (2007) facilitam o entrevistado falar abertamente sobre o tema em questão sem se prender às questões elaboradas.

¹⁹ Tem em vista que “é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (POWELL; SINGLE, 1996, p.449, apud GATTI, 2005, p. 07).

Assim, teremos a fase de captação dos dados, tabulação, análise crítica baseando-se nos referenciais teóricos da profissão. Os eixos analíticos do estudo pautados na pesquisa bibliográfica que permearão a análise e interpretação dos dados, conforme já citados anteriormente envolve: 1 - A formação profissional; 2 - A avaliação e 3 - O impacto social, político e econômico.

Os riscos para execução da pesquisa consistem especificamente no desinteresse dos sujeitos em participar da presente pesquisa, bem como desistência no decorrer da execução da mesma. Outra variante que pode ocasionar em fatos que corroborem para não execução desta, implica na instabilidade que os profissionais vivem diante de seus vínculos empregatícios, haja vista que a não permanência do profissional, pode haver desistência dos usuários e gestores em continuar participando.

Assim, na medida do possível, estes sujeitos se desistirem serão substituídos por outros da mesma categoria e região seguindo os mesmos critérios de escolha, à fim de que não prejudique o resultado da pesquisa.

Quanto aos benefícios envolvidos na execução da pesquisa, podemos destacar a melhoria do processo de formação profissional do curso de Serviço Social da UFT e indicadores de melhoria do exercício profissional dos Assistentes Sociais egressos da UFT e conseqüentemente dos serviços sociais prestados à população usuária dos espaços sócio ocupacionais pesquisados.

7. INFRA-ESTRUTURA E APOIO TÉCNICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

7.1 Infra-Estrutura:

A infra-estrutura física quanto a espaço físico e equipamentos envolvendo computador, impressora e ainda materiais permanentes como mesa, cadeira, armários, gravador, dentre outros, serão utilizados os próprios recursos da UFT- Campus de Miracema e dos locais a ser desenvolvida a pesquisa.

Quanto aos materiais de consumo, papel, pen drive, caneta, lápis, tinta para impressora, e outros serão divididos entre os parceiros, assim como as cópias reprográficas do instrumento de coleta de dados e material durante a pesquisa, envolvendo os relatórios a serem desenvolvidos.

7.2 Apoio Técnico

- ✓ Curso de Ciência da Computação – Campus de Palmas – UFT – suporte para construção e manuseio de um software para tratamento e tabulação dos dados da pesquisa.
- ✓ Curso de Serviço Social– Campus de Miracema – UFT – apoio na coleta, tratamento e tabulação dos dados pelos membros do GEPESSFEP .
- ✓ Campus de Miracema – UFT – 2 técnicos administrativos para suporte na coleta dos dados e contatos telefônicos, e-mail e ofícios dos sujeitos da pesquisa das 3 categorias e ainda veículo para transporte para coleta de dados.
- ✓ GEPESSFEP – membros docentes, discentes (graduação e pós-graduação), egressos, coleta de dados, tabulação, descrição e análise dos dados, bem como a construção do relatório final e material para publicação.
- ✓ Parceiros locais dos municípios envolvidos - logística para coleta de dados junto aos sujeitos, lanche e almoço.

8. PLANO DE ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Período (meses)	Fases
<p>Agosto de 2017 à Abril de 2018</p> <p>(8 meses)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Projeto de Pesquisa • Levantamento Bibliográfico • Elaboração da Pesquisa Bibliográfica (Referencial Teórico) • Elaboração do Relatório Parcial • Cadastro na plataforma Brasil do Projeto • Produção de artigos científicos • Participação de eventos científicos com Apresentação oral • Organização de eventos científicos (pesquisa e extensão) • Atividades de extensão • GEFESS – Grupo de extensão
<p>Maior à Junho de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Instrumental de Coleta de Dados • Organização dos sujeitos

(2 meses)	
Julho à Dezembro de 2018 (6 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do Projeto • Organização do projeto para o cadastro na plataforma Brasil – CEP • Organização das pendências solicitadas pelo CEP – Plataforma Brasil
Janeiro à Abril de 2019 (4 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Acerto dos Formulários e dados do Pré-teste • Contato com os sujeitos (3) • Pré-Teste • Elaboração de artigo científico
Maior à Agosto de 2019 (4 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de dados através dos documentos
Setembro/2019 à Fevereiro/2020 (6 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de dados através dos questionários e visitas técnicas
Março à Maio de 2020 (3 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de dados através de entrevistas e reuniões com os grupos focais
Junho à Outubro de 2020 (5 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e Organização dos Dados (seleção, codificação e tabulação).
Novembro de 2020 à Fevereiro de 2021 (5 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Análise, Interpretação e Discussão dos Dados.
Março/2021 (1 mês)	<ul style="list-style-type: none"> • Representação dos dados (tabelas, quadros e gráficos).
Abril à Junho/2021	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusões • Elaboração do relatório Final

(3 meses)

- Entrega da Pesquisa

9. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- Grau de produção científica dos docentes e discentes envolvidos no projeto;
- Índice de melhoria no processo de formação profissional dos estudantes e Serviço Social;
- Índice de melhoria dos serviços sócio assistenciais na atuação profissional dos profissionais egressos.

10. ORÇAMENTO

Descrição	Valor
Veículo*	-
Combustível*	-
Impressora*	-
Mesa*	-
Cadeira*	-
Armário*	-
Computador*	-
Datashow*	-
Clips	20,00
Pastas com elástico	150,00
Grampeador	-
Grampo para grampeador	20,00
Lápis	30,00
Borracha	20,00

Pen drive	200,00
Gravador*	-
Tinta para impressora	100,00
Caneta	30,00
Internet*	-
Telefone*	-
Resmas de Papel	100,00
Despesas diversas	2.000,00
Total	R\$ 2.670,00

*Os recursos discriminados serão utilizados do Câmpus de Miracema da UFT

11. REFERÊNCIAS

ALBIERO, C. M. G. *Ensinar e Aprender: Desafios Constantes na formação profissional em Serviço Social. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.*

_____. *O estágio como 'locus' primordial para o exercício da avaliação qualitativa no curso de Serviço Social. Revista Construindo o Serviço Social. Bauru-SP. Instituto de pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social: Edite, nº 7, 2001.*

_____. *Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na Supervisão Sistemática e na Avaliação Qualitativa no Estágio Acadêmico em Serviço Social. Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.*

BEHRING, E. R. et BOSCHETTI, I. *Política Social – Fundamentos e história. Biblioteca Básica – Serviço Social, São Paulo: Cortez Editora, 2006.*

BOSCHETTI, I. *Expressões do conservadorismo no Serviço Social. In. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p 637-651, out/dez, 2015.*

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.*

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.*

_____. *Lei nº 8662, de 7 de Jun. 1993. Regulamentação da profissão de Assistente Social. CFESS, Brasília, 1993.*

_____. *Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de mar. 1993. Código de ética profissional do Assistente Social. CFESS, Brasília, 1993.*

CARDOSO, I. C. da C.; et al. *Proposta Básica para o projeto de formação profissional – Novos Subsídios para o debate. In: Formação Profissional: Trajetórias e desafios. Cadernos ABESS nº 07, 1997.*

CARVALHO, D. B. B. de et SILVA, M. O. da Silva e. *Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.*

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo: nº 24, p. 05-15, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acessado em 04/08/2017.*

CRESS – SP. *Legislação Brasileira para o Serviço Social. Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da(o) Assistente Social. 2ª ed. São Paulo, 2006.*

FRIGOTTO, G. *Educação e a Crise do Socialismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.*

_____. *A produtividade da Escola Improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.*

_____. *Educação e a Crise do Socialismo Real. São Paulo: Cortez, 1995.*

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.*

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 1998.*

IBGE 2017. *Censo 2010. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/panorama>. Acessado em 28.08.2018.*

KOIKE, M. M. *Formação Profissional em serviço Social: Exigências Atuais. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília-DF, CFESS/ABEPSS, 2009.*

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica. – 5.ed. – 3ª. reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2009.*

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. *In: Cadernos de Pesquisa, nº 107, p. 187-206, julho/1999. Ceará, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>> Acessado em 20/12/2017.*

LEHER, R. *Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: A Educação como Estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da Pobreza. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.*

_____. *“Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século”*. IN: DOURADO, F. L., CATANI, A. M., OLIVEIRA, J. F. de. (orgs.).

Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: XAMÃ; Goiânia: Alternativa, 2003.

LEITE, R. S. *Uma análise qualitativa da formação profissional em Serviço Social: a perspectiva dos/as egressos/as atuantes referente a realidade do Curso de Serviço Social da UFT no Câmpus de Miracema. (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2015.*

LIMA, R. M. de. *A política de assistência estudantil nas instituições de ensino superior. (Trabalho de Conclusão de Curso) -Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2018.*

LOPES, M. F. M. *A mediação do estado na fronteira público –privado no processo de interiorização do ensino superior privado na zona da mata mineira: o caso faminas, em muriaé – MG. Tese (Doutorado em Serviço Social Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.*

MACEDO, M. de S. *Educação superior e políticas de cotas na Universidade Federal do Tocantins. 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso)-Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2015.*

MARTINS, L. C. de O. *A educação superior e a universidade: a busca da equidade – uma preocupação também do Assistente Social. In: Revista Construindo o Serviço Social. Bauru-SP. Instituto de pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social: Edite, nº 10, 2002.*

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.*

MINAYO, M. C. de S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior. MEC, 2004, Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2005.*

PAULO NETTO, J. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.*

_____. *Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. Revista Temporalis, ABEPSS nº 1, Brasília: Valci, 2000.*

PEREIRA, Larissa. Dahmer. *“Mercantilização do Ensino Superior, educação a distancia e Serviço Social”*. In: *Revista Katál. Florianópolis, V. 1 2 n.2 p.268-277 Jul./dez. 2008.*

SILVA, T.A. *Serviço Social: uma reflexão dos/as acadêmicos/as em processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFT. (Trabalho de Conclusão de*

Curso) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Serviço Social, Campus de Miracema do Tocantins, Miracema, TO. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social. Câmpus de Miracema. Miracema do Tocantins/TO, 2010.

_____. Planejamento estratégico 2006-2010. Palmas/TO, 2006.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. Palmas/TO, 2007.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. Palmas/TO, 2013.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional. Palmas/TO, 2017.

_____. Catálogo dos Cursos. Palmas/TO. 2009.

WANDERLEY, L. E. Educação e Cidadania. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 62, São Paulo, Cortez Editora, 2000.

WANDERLEY, M. B. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. Cadernos ABESS nº 8, São Paulo: Cortez, 1998.

Miracema do TO, 28 de Agosto de 2018.

Prof^a Dra Célia Maria Grandini Albiero
Líder GEPESSFEP
Coordenadora do Projeto

Prof^a Dra Marília de Fátima Marques Lopes Golfeto
Vice-Coordenadora do projeto

APÊNDICES

- 1- TCLE
- 2- INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS
 - a. Questionário – Egressos
 - b. Questionário – Gestores
 - c. Questões da entrevista com usuários
 - d. Questões do grupo focal com usuários
 - e. Eixos avaliativos dos planos de ação dos egressos

1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

O Sr (a). está sendo convidado (a) como voluntário (a) para participar da pesquisa intitulada **“O impacto da Formação Profissional de assistentes sociais do curso de Serviço Social da UFT no estado do Tocantins”**. Neste estudo, pretendemos discutir a importância do impacto da formação profissional de Assistentes sociais do curso de Serviço Social da UFT no estado do Tocantins do campus de Miracema. Ou seja, o objetivo da pesquisa consiste em analisar o impacto da formação profissional dos egressos nos espaços sócio ocupacionais. Desse modo, os objetivos da pesquisa são: verificar o processo de formação profissional do curso de Serviço Social na UFT; Investigar o rebatimento da formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da UFT junto aos espaços sócios ocupacionais dos egressos e analisar a percepção da população usuária sobre os serviços desenvolvidos pelos profissionais.

Para a pesquisa, adotaremos os seguintes procedimentos: diálogo no esclarecimento da presente pesquisa, aplicação do questionário semiestruturado, para os profissionais egressos e gestores. Quanto a entrevista, será realizada com os usuários dos serviços sócio assistenciais. Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Ressalta-se que o participante terá assistência para tirar quaisquer dúvidas a respeito da pesquisa. Dentre os riscos da pesquisa estão a falta de adesão dos egressos, gestores e usuários e o erro na coleta dos dados através dos instrumentos.

Os benefícios do estudo consistem em aprimorar o processo de formação profissional do curso de Serviço Social da UFT, propiciando uma melhoria na efetivação do exercício profissional dos Assistentes Sociais egressos da UFT e conseqüentemente dos serviços sociais prestados à população usuária dos espaços sócio-ocupacionais pesquisados.

A presente pesquisa garantirá uma via do termo de compromisso, bem como a manutenção da privacidade e a elaboração do relatório final da pesquisa como garantia de acesso do resultado da mesma, para que tanto os participantes como outras pessoas possam ter acesso aos resultados da pesquisa de campo. Tal acesso aos resultados será por meio da devolução aos participantes. A pesquisa também garante qualquer ressarcimento e indenização por algum dano durante a mesma.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada.

2- Instrumentos de coleta de dados

A - Questionário egressos

Eixo I – IDENTIFICAÇÃO	
1. Nome:	
2. Local de trabalho	
3. Área de Atuação	
4. Tempo de trabalho	
5. Condições de trabalho () ótima () boa () razoável () ruim	
6. Raça/Etnia:	
7. Faixa etária:() 20 à 25 anos () 26 à 30 anos () 31 a 40 anos () acima de 40 anos.	
8. Participa de algum grupo, comissão da categoria profissional, movimento social, associação, Ong, partido político, e outros atualmente? () Não () Sim, qual(is)?: Resposta:	
9. Em que estado do Brasil cursou o Ensino Médio? Resposta:_____	
() Instituição de Ensino da rede pública () Instituição de Ensino privada	
10. Quando concluiu o Curso de Serviço Social na UFT?	
() 2011.1 () 2011.2 () 2012.1 () 2012.2 () 2013.1 () 2013.2 () 2014.1 () 2014.2 () 2015.1 () 2015.2 () 2016.1 () 2016.2 () 2017.1 () 2017.2	
11. Possui pós Graduação () sim () não () cursando Área: _____	
Eixo II – Formação e Exercício Profissional	
12. Você tem conhecimento e apreensão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFT ?	
() Sim, já o li por diversas vezes e tenho total conhecimento de seu conteúdo; () Em parte, porém não tenho muita segurança à respeito do conteúdo; () Não, já ouvi falar sobre o mesmo em sala de aula, mas não tenho apreensão de seu conteúdo.	
Caso necessário acrescente algumas considerações. Resposta:	
13. Sobre o PPC do Curso, quais das sugestões à seguir seriam pertinentes para sua alteração?	

Mesclar conteúdos (por exemplo unificar disciplinas afins de 30h) para que possamos ter menor duração do Curso;

Transformar disciplinas optativas em obrigatórias. Quais?

Respostas:

Diminuir quantidade mínima de disciplinas optativas.

Aumentar quantidade mínima de disciplinas optativas.

Antecipar disciplinas de cunho teórico-prático, com intuito de começar a trabalhar a questão da atuação profissional já nos primeiros períodos.

Diminuir a disciplina de Pesquisa em Serviço Social de 3 para 2, tendo em vista que a 1 aborda questões já trazidas no decorrer do processo de formação.

Alterar divisão da carga horária do Estágio Supervisionado para que o aluno estagiário possa concluir estágio em menos de 4 semestres.

Outras sugestões não abordadas neste questionário. Resposta:

14. Como você considera o referencial teórico ministrado em sala de aula em relação à sua atuação profissional?

Ruim Regular Bom Ótimo Excelente

15. Quais suas sugestões no que se refere à abordagem teórica do Curso (referenciais que poderiam ser aderidos para uma formação profissional condizente com a realidade social dos usuários do Serviço Social)?

Resposta:

16. O referencial teórico ministrado no Curso e no Estágio Supervisionado conseguiu propiciar a você a percepção necessária e o domínio das três dimensões da profissão, em quais delas você obteve melhor apreensão?

ético-política técnico-operativa teórico-metodológica

Argumente:

17. A sua atuação profissional atende as necessidades da população usuária?

sim não Justifique:

ESTÁGIO e SUPERVISÃO

1. O estágio contribuiu para a sua atuação profissional atual?

sim não Justifique:

2. Você é supervisor de campo?

sim não De qual IES?

Quantos alunos?

3. Participa de atividades de supervisão?
() sim () não Justifique:

4. Sugestões?

B - Questionário gestores

Eixo I – IDENTIFICAÇÃO

1. Nome _____ Sexo: _____

2. Nacionalidade _____ Idade: _____

3. Naturalidade: _____ Estado Civil: _____

4. Cidade: _____

5. Raça / etnia:

6. Reside com a família? () Sim () Não

7. Possui grau de parentesco com a gestão do seu local de trabalho? () Sim () Não

8. Faixa Etária: () 20 à 25 anos () 26 à 30 anos () 31 a 40 anos () acima de 40 anos.

Eixo II – Formação e experiência

9. Escolaridade: () Ensino Médio completo () Ensino Superior incompleto

() Ensino Superior Incompleto Outro: _____

10. Possui Pós-graduação? () Sim. Qual? _____ () Não

11. Qual a sua experiência de trabalho?

12. Como você avalia o trabalho desenvolvido pelo assistente social?

13. A intervenção realizada pelo assistente social contempla os objetivos e serviços sociais ofertados pela política?

C – Questionário da entrevista com os usuários

Eixo I – Identificação

1. Nome _____ Sexo: _____
2. Nacionalidade _____ Idade: _____
3. Naturalidade: _____ Estado Civil: _____
4. Cidade: _____
5. Raça/etnia:
6. Reside com a família? () Sim () Não
7. Faixa Etária: () 20 à 25 anos () 26 à 30 anos () 31 a 40 anos () acima de 40 anos.
8. Participa de algum grupo desenvolvido pela instituição?
8. Participa de algum grupo desenvolvido pelo assistente social?
9. Como você avalia a intervenção do assistente social?

D - Questões norteadoras do grupo focal com os usuários

01. Você sabe quais as atribuições do assistente social dentro da instituição?

02. De que forma você avalia os serviços desenvolvidos pelo assistente social?

03. A cada acompanhamento, você percebe alguma mudança?

04. O trabalho do assistente social contempla os objetivos da instituição?

E – Eixos avaliativos dos planos de ação dos egressos

1. Qual o objeto de intervenção no seu local de atuação?

2. A intervenção profissional abrange os objetivos da instituição e do Serviço Social?

3. O trabalho realizado no espaço sócio ocupacional está relacionado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social?

4. Qual a metodologia e instrumental utilizado para realizar a ação profissional?

5. As ações estão de acordo com a efetivação das políticas sociais no município/estado?

6. Como a formação profissional contribui para a intervenção profissional?